# RELATÓRIO CONFERÊNCIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO REGIONAL LAPA

Local: SBJ / R. Floresto Bandecchi, 156 – Jaguaré

Data: Segunda-feira, 03 de agosto de 2015.

#### Fernando Haddad

#### Prefeito

Luciana de Toledo Temer Lulia

#### Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Cristina Margareth de Souza Cordeiro

#### Secretária Municipal Adjunta da Assistência e Desenvolvimento Social

Mariana Chiesa Gouveia Nascimento

#### Chefe de Gabinete

## Comissão Organizadora Central da XI Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo

#### Sociedade Civil - Titulares

Carlos Nambu (coordenação) Natanael de Jesus Oliveira Valeria da Silva Reis Ribeiro

#### Sociedade Civil - Suplentes

Daniel Martins Silva

Vera Aparecida Salgueiro Pereira

#### **SMADS**

Ana Maria de Almeida E. Cotic
Carmem Ligia Fontoura Bongiovanni
Conceição Lopes S. Mingato
Maria Izabel Rangel de Souza
Mirella Ferraz
Vânia Baptista Nery

#### FAS/SP

Regina Nascimento da Silva Tatiana Penna Madeira Ricardo de Lima

#### **FEBAS**

Elisabete Antolino Elisabete Clementino Ferreira Lopes Lucy Leite Balby

#### Poder Público - Titulares

Cássia Goreti da Silva Gabriela Biazi Justino da Silva Walter Antonio Morato

#### **Poder Público Suplentes**

Claudia Elizabete da Silva

#### Secretária Executiva

Daiane Silva Liberi Susana de Almeida Silva

#### Comissão de Apoio a Infraestrutura

Cristina Cordeiro (Secretaria Adjunta)
Kátia Cilene Gregorio (ESPASO)
Luis Antonio Glampaulo Sarro (Jurídico)
Pierra Barbosa Venturato (Cerimonial)
Rosana Costa Correa Parra (CGA)

#### Comissão Regional

#### Sociedade Civil

Gabriela Masteguin Margarida Maria Ruivo (coordenação) Vitor de Almeida

### Poder Público

Erika Ribeiro de Mendonça (coordenação) Lidia Maria Baltazar Affonseca Maria Isabel de Oliveira Capinan

#### **Equipe Técnica**

Brisa Serena Nascimento Guedes

Carolina Lopes de Oliveira Claudiomar Queiroz da Cruz Cristiane da Costa Santos

Daniel Guilherme Machado Pinto

Daniela Kawano

David Ohannes Berziganian

Edson Luiz Pereira Elizangela Claro

Fábio Candido Bezerra

Fernanda Cândido Bezerra

Filipe Nicoletti Ribeiro

Jefferson de Souza Santana

Jorge Fernando Ribeiro

Marcel de Paula Silva

Marcelo Pinzetta

Maria Luiza Rosa da Silva

Mariane Oliveira da Silva

Patrícia Alves de Mendonça

Robson Ferreira da Silva

Vinícius de Oliveira Simões

Wilson Pinzetta

#### **Relatório**

Cláudia de Lima Rocco e Costa

#### **Palestrante**

Profa. Ivone Pereira da Silva

#### Lista de Siglas

BDC - Banco de Dados do Cidadão CRAS - Centro de Referência de Assistência Social BPC - Benefício de Prestação Continuada CREAS - Centro de Referência Especializado de CadÚnico – Cadastro Único para Programas Assistência Social CRECI - Centro de Referência de Cidadania para Sociais CAPE - Central de Atendimento Permanente e DEIJ - Departamento de Execuções da Infância e Emergências CCA - Centro da Criança e do Adolescente da Juventude CECOAS - Centro de Conhecimento em DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística Assistência Social CEDESP - Centro de Desenvolvimento Social e DIPRO Departamento de Estatística e Produção de Informação CEF - Caixa Econômica Federal DRU - Desvinculação da Receita da União CERU - Centro de Estudos Rurais e Urbanos da ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente Universidade de São Paulo EIS - Escritório de Inclusão Social ESPASO - Espaço Público do Aprender Social CGA – Coordenadoria da Gestão Administrativa CGB - Coordenadoria da Gestão de Benefícios FAS - Fórum de Assistência Social da Cidade de CIB - Comissão Intergestores Bipartite São Paulo FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social CIT - Comissão Intergestores Tripartite CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Criança e do Adolescente **Econômicas** CMESCA – Comissão Municipal de Enfrentamento FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social à Violência, Abuso e Exploração Sexual Contra FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social Crianças e Adolescentes IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social CNRVV - Centro de Reverência às Vítimas de ILPI - Instituição de Longa Permanência para Violência Idosos COEGEMAS - Colegiado Estadual de Gestores INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social Municipais de Assistência Social IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas COGEAS - Coordenadoria Geral de Assistência **Aplicadas** IPVS - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social Social COMAS - Conselho Municipal de Assistência LA - Liberdade Assistida (medida socioeducativa Social em meio aberto) COMAS - Conselho Municipal de Assistência LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias LOA - Lei Orçamentária Anual Social COMDEC - Comissão de Defesa Civil LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social CONGEMAS - Colegiado Nacional de Gestores MC - Ministério das Cidades Municipais de Assistência Social MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e CONSEAS - Conselho Estadual de Assistência Combate à Fome Social MEC - Ministério da Educação COPS - Coordenadoria do Observatório de MF - Ministério da Fazenda Políticas Sociais MP - Ministério Público CPSB - Coordenadoria de Proteção Social Básica MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e

Gestão.

CPSE - Coordenadoria de Proteção Social Especial

MS - Ministério da Saúde

MSE - Medida Socioeducativa

MT – Ministério dos Transportes

NOB-RH - Norma Operacional Básica - Recursos

Humanos

NOB-SUAS - Norma Operacional Básica do

Sistema Único de Assistência Social

PAIF - Programa de Atendimento Integral à Família

PBF - Programa Bolsa-Família

PEA - População Economicamente Ativa

PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho

Infantil

PGRFMM - Programa de Garantia de Renda

Familiar Mínima Municipal

PLANSEQ - Plano de Qualificação e Inserção

Profissional para beneficiários do Programa Bolsa-

Família

PLAS - Plano Municipal de Assistência Social

PNAA - Programa Nacional de Acesso à

Alimentação

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PNCFC - Plano Nacional de Promoção, Proteção e

Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à

Convivência Familiar e Comunitária.

PPA - Plano Plurianual

PRO-AIM - Programa de Aprimoramento das

Informações de Mortalidade da SMS

PRODAM – Empresa de Processamento de Dados

do Município

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de

Jovens

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança

Pública e Cidadania

PROSOCIAL - Banco de Dados dos Programas de

Transferência de Renda do Estado de São Paulo

PSC - Prestação de Serviços à Comunidade

(medida socioeducativa em meio aberto)

PSF – Programa de Saúde da Família

PTR - Programa de Transferência de Renda

RMSP - Região Metropolitana de São Paulo

SAC - Servico de Atendimento ao Cidadão

SASF - Serviço de Assistência Social à Família e

Proteção Básica no Município

SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados

(Fundação SEADE)

SEDM - Secretaria Estadual de Desenvolvimento

Metropolitano

SEDS – Secretaria Estadual de Desenvolvimento

Socia

SEE - Secretaria Estadual de Educação

SEF - Supervisão de Eventos Funcionais

SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação

SEMPLA - Secretaria Municipal de Planejamento

SEO (NovoSEO) - Sistema de Execução

Orcamentária

SERT - Secretaria do Emprego e Relações do

Trabalho

SF – Secretaria de Finanças

SGD - Sistema de Garantia de Direitos

SIAI – Sistema Integrado de Ações Intersecretariais

SIMPROC - Sistema de Cadastro e Consulta de

Processos Municipais e Recursos Humanos

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Sócio-

Educativo

SIPIA – Sistema de Informações sobre a Infância e

a Adolescência

SIS-RUA - Sistema de Informações sobre a

População em Situação de Rua

#### <u>Sumário</u>

1.	Introdução	3
1.1	Temática e Objetivos	6
2.	Credenciamento	8
2.1	Perfil dos Participantes	10
3.	Realização	12
3.1	Programação	12
3.2	Plenária Inicial	13
3.2.1	Composição da Mesa de Abertura	13
3.2.2	Palestra Magna	14
3.2.3	Composição de trabalho	14
3.2.4	Leitura e aprovação do Regimento Interno	15
3.2.5	Regimento Interno Aprovado	16
4.	Relatório por Dimensão	24
4.1 D	Pimensão 1	24
4.1.1	Participação	24
4.1.2	Relatoria	24
4.1.3	Quadro do instrumental Dimensão 1 – Propostas gerais	29
4.1.4	Quadro do instrumental Dimensão 1 – Encaminhado para o pleno	30
4.2 Fede	Dimensão 2 - "Participação Social como fundamento do Pa erativo SUAS"	
4.2.1	Participação	31
4.2.2	Relatoria	31
4.2.4	Quadro do instrumental Dimensão 2 – Encaminhado para o Pleno	38
4.3 um S	Dimensão 3 – "Primazia da responsabilidade do Estado: po SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo"	
4.3.1	Participação	39
4.3.2	Relatoria	39
4.3.3	Quadro do instrumental Dimensão 3 – Propostas Gerais	44
4.3.4	Quadro do instrumental Dimensão 3 – Encaminhado para o Pleno	45
4.4 cons	Dimensão 4 – "Consolidação do trabalho no SUAS na solidação do pacto federativo"	46

4.4.1

4.4.2	Relatoria	46
4.4.3	Quadro do instrumental Dimensão 4 – Propostas Gerais	52
4.4.4	Quadro do instrumental Dimensão 4 – Encaminhado para o Pleno	53
	imensão 5 – "Assistência Social é direito no âmbito do pac tivo"	
4.5.1	Participação	54
4.5.2	Relatoria	54
4.5.3	Quadro do instrumental Dimensão 5 – Propostas Gerais	58
4.5.4	Quadro do instrumental Dimensão 5 – Encaminhado para o Pleno	59
5. Plen	ária Final	.60
5.1 Mo	ções	.60
	oridades Dimensões	
	ição de delegados e candidatos a delegados	
6. A	valiações da Conferência Regional da LAPA	. / 1
ANEXO	S	
	Lista de Presença Planificada em Ordem Alfabética	
Anexo 2	Apresentação SAS Lapa	
	Apresentação Palestra Magna	
Anexo 4	Apresentação Palestra Magna	
Anexo 4 Anexo 5	Apresentação Palestra Magna Dinâmica de Grupo – "Escuta por Minuto"	
Anexo 4 Anexo 5 Anexo 6		
Anexo 4 Anexo 5 Anexo 6 Anexo 7		
Anexo 4 Anexo 5 Anexo 6 Anexo 7 Anexo 8		
Anexo 4 Anexo 5 Anexo 6 Anexo 7 Anexo 8 Anexo 9		e
Anexo 4 Anexo 5 Anexo 6 Anexo 7 Anexo 8 Anexo 9 Anexo 1		e
Anexo 4 Anexo 5 Anexo 6 Anexo 7 Anexo 8 Anexo 9 Anexo 1 Program		•
Anexo 4 Anexo 5 Anexo 6 Anexo 7 Anexo 8 Anexo 9 Anexo 1 Program Anexo 1		9
Anexo 4 Anexo 5 Anexo 6 Anexo 7 Anexo 8 Anexo 9 Anexo 1 Program Anexo 1 Anexo 1		÷
Anexo 4 Anexo 5 Anexo 6 Anexo 7 Anexo 8 Anexo 9 Anexo 1 Program Anexo 1 Anexo 1 Anexo 1		)
Anexo 4 Anexo 5 Anexo 6 Anexo 7 Anexo 8 Anexo 9 Anexo 1 Program Anexo 1 Anexo 1 Anexo 1 Anexo 1		9
Anexo 4 Anexo 5 Anexo 6 Anexo 7 Anexo 8 Anexo 9 Anexo 1 Program Anexo 1 Anexo 1 Anexo 1 Anexo 1 Anexo 1 Anexo 1		

Participação.......46

#### 1. Introdução

A Constituição Federal de 1988 consagrou a concepção de Seguridade Social, enquanto Política Pública de Proteção Social, política de direitos, universal e de responsabilidade estatal, composta pelo tripé: Saúde, Previdência e Assistência Social.

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS destaca ainda, o desafio da participação dos usuários nos conselhos de assistência social.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS tem como princípios a compreensão da matricialidade sócio-familiar, da descentralização político-administrativa e da territorialização, estabelecendo novas bases para relação entre Estado e a Sociedade Civil, para o financiamento e controle social da Política. Dentre seus eixos estruturantes está a valorização do controle social, estabelecendo um sistema democrático e participativo.

Seguindo esta trilha, necessário se faz a citação do controle social estabelecida na PNAS, que teve sua origem nos marcos legais aqui já citados, ou seja, Constituição Federal, Lei Orgânica da Assistência Social/LOAS e Sistema Único de Assistência Social/SUAS:

"O **controle social** tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988, enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa-financeira e técnico-operativa".

Dentro dessa lógica, o controle do Estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos balizados nos preceitos constitucionais.

Na conformação do Sistema Único de Assistência Social, os espaços privilegiados onde se efetivará essa participação são os conselhos e as conferências.

As conferências têm o papel de avaliar a situação da assistência social, definir diretrizes para a política, verificar os avanços ocorridos num espaço de tempo determinado (artigo 18, inciso VI,LOAS, conforme descrito no PNAS/2004)

A nova versão da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), marco fundamental na estruturação do SUAS, promove avanços significativos na gestão e oferta de serviços socioassistenciais no Brasil, incentivando a participação e controle social. Aprovada pela Resolução CNAS nº 33/2012, NOB-SUAS 2012 em seu Art. 114 estabelece que:

"A participação social deve constituir-se em estratégia presente na gestão do SUAS, por meio da adoção de práticas e mecanismos que favoreçam o processo de planejamento e a execução da política de assistência social de modo democrático e participativo", e em seu Art. 125 institui que: O estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários nas instâncias de deliberação da política de assistência social, como as conferências e os conselhos, é condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais."

A partir destas determinações, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS tem contribuído para o fortalecimento do COMAS/SP, colegiados e fóruns para que se consolidem como espaços efetivos de participação da sociedade civil organizada.

No município de São Paulo, o Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS/SP criado em 2001 é a instância colegiada paritária do SUAS, composto pelos órgãos do governo municipal, por organizações da sociedade civil, representantes dos usuários e trabalhadores dos serviços socioassistenciai, sendo assim, um órgão deliberativo, normativo e fiscalizador da Política de

Assistência Social, diretamente vinculado à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS.

O Conselho, dentre suas muitas atribuições, tem a responsabilidade de realizar a Conferência de Assistência Social na Cidade de São Paulo. As Conferências Municipais da Assistência Social de 2015, que se realizarão em todo país, convocadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, organizadas pelos Conselhos Municipais, com o apoio dos respectivos órgãos gestores - constituem-se na instância de maior importância para que a participação popular possa realizar-se de fato nos marcos do SUAS. O tema: "CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026" foi definido para a XI Conferência Nacional de Assistência Social pelo CNAS, que orientará as Conferências Estaduais e Municipais.

Considerando o Pacto Republicano no SUAS rumo a 2026 - O SUAS que temos e o SUAS que queremos, os avanços exigirão novas estratégias e mecanismos que potencializem a capacidade de gestão e articulação intersetorial, a qualificação das prestações e a ampliação da capacidade do Sistema de incorporar especificidades do território e das populações atendidas. Os desafios irão além dos resultados alcançados pelas conferências antecessoras, projetarão um direcionamento da política para os próximos 10 anos, visando a construção de diretrizes para o Plano Decenal 2016-2026.

Haverá, portanto, a necessidade de mobilização nacional em torno do lema "o SUAS que temos e o SUAS que queremos. Para tanto deve-se levar em conta o enfrentamento das situações de desproteções sociais e a cobertura dos serviços, benefícios, programas e projetos nos territórios, o Pacto Federativo e a consolidação do SUAS, o fortalecimento da participação e do controle social para a gestão democrática e as diretrizes para o SUAS nos próximos dez anos: Plano Decenal 2016-2026.

#### 1.1 Temática e Objetivos<sup>1</sup>

**Eixo Norteador:** As Diretrizes para o SUAS nos próximos dez anos – Plano Decenal 2016-2026

Tema: Consolidar o SUAS de vez, rumo a 2026.

**Lema:** Pacto Republicano no SUAS rumo a 2026: O SUAS que temos e o SUAS que queremos.

**Objetivo**: Avaliar a situação da Assistência Social, propor e deliberar diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS, enfatizando a participação e o controle social no município de São Paulo.

#### <u>Subtemas</u>

**Subtema 1 –** O enfrentamento das situações de desproteções sociais e a cobertura dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda nos territórios.

Subtema 2 – O Pacto Federativo e a consolidação do SUAS.

**Subtema 3 –** Fortalecimento da participação e do controle social para a gestão democrática.

\*Os conteúdos dos subtemas encontram-se no Informe CNAS nº 01/2015

6

¹ Informes nºs 1 e 4/2015 – Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

#### <u>Dimensões</u>

**Dimensão 1** – Dignidade Humana e Justiça Social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no pacto federativo.

**Dimensão 2** – Participação Social como fundamento do pacto federativo SUAS.

**Dimensão 3** – Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo.

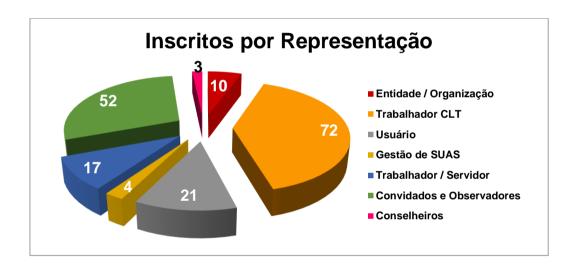
**Dimensão 4** – Consolidação do trabalho no SUAS na consolidação do pacto federativo.

**Dimensão 5** – Assistência Social é direito no âmbito do pacto federativo.

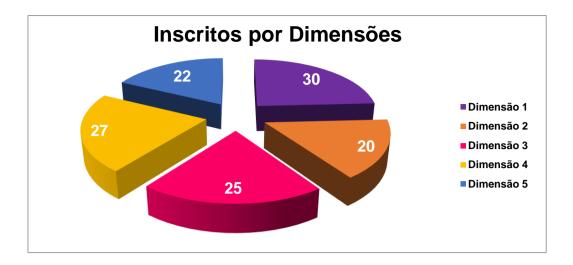
#### 2. Credenciamento

O credenciamento foi iniciado às 7h30 e encerrado às 10h36m, após definição em regime de votação durante a plenária e números de credenciamento da **Conferência Regional da LAPA** foram os seguintes:

- 89 (oitenta e nove) participantes inscritos online;
- 35 (trinta e cinco) participantes inscritos presencialmente;
- 20 (vinte) participantes inscritos após a conclusão da mesa de trabalho, de acordo com definição durante a plenária de abertura;
- 1 (uma) sala por Dimensão pata realização dos trabalhos em grupo;
- Total no final do credenciamento: 179 (cento e setenta e nove) participantes.



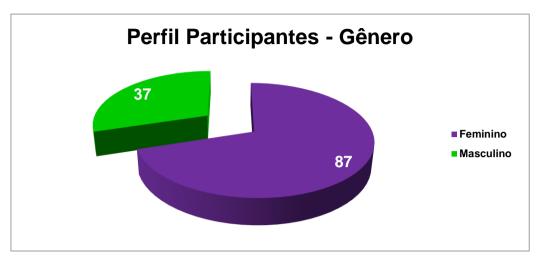
<u>Categoria</u>	
Entidade / Organização	10
Trabalhador CLT	72
Usuário	21
Subtotal Sociedade Civil:	103
Gestão de SUAS	4
Trabalhador / Servidor	17
Subtotal Poder Público:	21
Convidados e Observadores	52
Conselheiros	3
Total:	179



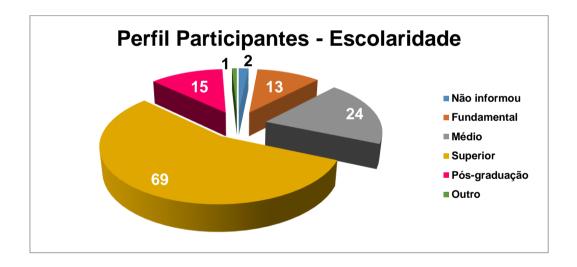
<u>Dimensões</u>	
Dimensão 1	30
Dimensão 2	20
Dimensão 3	25
Dimensão 4	27
Dimensão 5	22
Total:	124

As listas completas de presença e fichas de inscrição devidamente preenchidas podem ser conferidas no *Anexo 1*, ao final deste relatório.

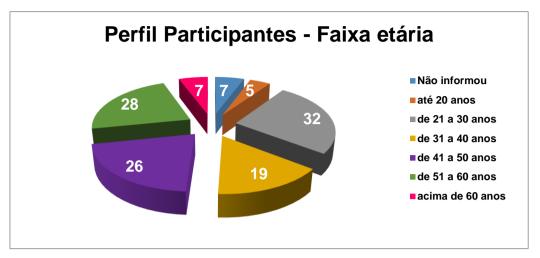
#### 2.1 Perfil dos Participantes



<u>Gênero</u>	
Feminino	87
Masculino	37
Total:	124



<u>Escolaridade</u>	
Não informou	2
Fundamental	13
Médio	24
Superior	69
Pós-graduação	15
Outro	1
Total:	124



<u>Faixa etária</u>	
Não informou	7
até 20 anos	5
de 21 a 30 anos	32
de 31 a 40 anos	19
de 41 a 50 anos	26
de 51 a 60 anos	28
acima de 60 anos	7
Total:	124

#### 3. Realização

A Conferência Regional de Assistência Social da LAPA foi realizada na segunda-feira, dia 03 de agosto de 2015, no SBJ / R. Floresto Bandecchi, 156, bairro Jaguaré.

Os participantes são moradores das comunidades, entidades sociais, representantes do Poder Público, usuários e trabalhadores do SUAS. A SAS da Lapa é composta dos distritos de Barra Funda, Vila Jaguará, Jaguaré, Lapa, Perdizes e Vila Leopoldina, cuja área é de 40,10km² e a população de 305.526 habitantes. Possui 1 (um) CRAS e 35 (trinta e cinco) Serviços Conveniados da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, conforme publicação no Atlas Socioassistencial da Cidade de São Paulo, de janeiro de 2015.

#### 3.1 **Programação**

Manhã		Atividade	
<u>Início</u>	<u>Término</u>	Attividade	
7h30m	10h36m	Credenciamento	
8h	9h	Café da Manhã	
9h10m	11h07m	Plenária de Abertura	
9h42m	10h38m	Palestra Magna	
10h40m	11h05m	Leitura e Aprovação do Regimento Interno	
11h10m	13h	Início dos Trabalhos em Grupo	
13h	14h	Almoço	

Tarde		Atividada
<u>Início</u>	<u>Término</u>	<u>Atividade</u>
14h	15h25m	Trabalho em Grupos para definição de diretrizes
	15h30m	Prazo Final para Entrega das Moções
15h30m	15h40m	Aprovação das Moções
15h42m	16h	Leitura e Aprovação das diretrizes definidas em Grupos
16h	16h13m	Eleição de Delegados e Candidatos a Delegados
	16h15m	Encerramento
16h	17h	Café da Tarde

#### 3.2 Plenária Inicial

Às 9h10m, teve início a plenária inicial da Conferência Regional de Assistência Social da LAPA.

#### 3.2.1 Composição da Mesa de Abertura

<u>Mesa de Abertura</u>		
<u>Nome</u>	<u>Representação</u>	
Sra. Cássia Goreti da Silva	Presidenta do COMAS	
Sr. Carlos Nambu	Coordenador da Comissão Organizadora Central da XI Conferência Municipal de Assistência Social	
Sra. Cleide Mendes	Supervisora da SAS da Lapa	
Sra. Maria Isabel	Representante do Poder Público e membro da Comissão Organizadora Regional	
Sra. Jurema Gomes	Representante da Sociedade Civil e membro da Comissão Organizadora Regional	

Após a execução do hino nacional, a Representante do Poder Público e membro da Comissão Organizadora Regional iniciou cumprimentando a plenária e agradecendo o espaço cedido pela Benfeitora Jaguaré e desejou um bom dia de trabalho a todos. Em seguida, a Representante da Sociedade Civil Público e membro da Comissão Organizadora Regional cumprimentou a todos e desejou um bom dia de trabalho.

A Supervisora da SAS da Lapa cumprimentou a todos, fez um breve informe dos equipamentos de Assistência Social da região e, em seguida, desejou um bom dia de trabalho aos presentes.

O Coordenador da Comissão Organizadora Central cumprimentou as autoridades e os participantes, parabenizou os envolvidos na infraestrutura do evento e desejou um bom dia de trabalho aos presentes.

A Presidenta do COMAS cumprimentou todos os participantes e agradeceu, um a um, os organizadores e componentes da mesa envolvidos na Conferência Regional, reforçando os avanços da Assistência Social e os

desafios para os próximos 10 (dez) anos no SUAS, declarando, em seguida, aberta a Conferência Regional da LAPA.

Em seguida, a Mestra de Cerimônias apresentou a Profa. Ivone Pereira da Silva para a realização da Palestra Magna.

#### 3.2.2 Palestra Magna

A Mestra de Cerimônias convidou então a palestrante Professora Ivone da Silva, Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo para a apresentação da Palestra Magna. Ivone, que atuou como assistente social na Prefeitura Municipal de São Paulo por 30 anos e é professora do curso de Assistência Social da Universidade Nove de Julho, tem experiência também na área de pesquisa com ênfase em assistência domiciliar, assistência social, cuidador familiar e idoso dependente e dedica-se em aprofundar o conhecimento na Política Pública de Assistência Social e da pesquisa nesta área.

Após cumprimentar todos os presentes, a mestre deu início à Palestra Magna, conforme quadros apresentados no *Anexo 3* Ao término de sua apresentação, a Profa. Ivone saudou a participação de todos e finalizou com uma frase de Eduardo Galeano, parabenizando os participantes e a Conferência Regional da Assistência Social.

#### 3.2.3 Composição de trabalho

<u>Mesa de Trabalho</u>		
<u>Nome</u>	<u>Representação</u>	
Sr. Carlos Nambu	Coordenador da Comissão Organizadora Central da XI Conferência Municipal de Assistência Social	
Sra. Leila Morati	Representante da SAS Lapa	
Sra. Maria Isabel	Representante do Poder Público e membro da Comissão Organizadora Regional	
Sra. Jurema Gomes	Representante da Sociedade Civil e membro da Comissão Organizadora Regional	
Sr. José Aparecido da Silva	Representante da Sociedade Civil	

#### 3.2.4 Leitura e aprovação do Regimento Interno

Dando abertura à leitura do Regimento Interno, o coordenador da Comissão Organizadora Central pediu algumas correções que tiveram de ser feitas antes da leitura do Regimento. Foram alterações necessárias, as seguintes:

<u>Referência</u>	<u>Alteração</u>
Título	Inclusão da palavra <b>Regional</b> após Conferência, indicando a nova nomenclatura do evento.
Capítulo I, Art. 8º §1º	Alteração do trecho "que a Ficha de Credenciamento deverá ser obrigatoriamente devolvida até a abertura do plenário do período da tarde para confirmação do credenciamento" para "que a Ficha de Credenciamento deverá ser recolhida pela empresa para confirmação do credenciamento"
Capítulo III – dos Grupos	Inclusão da letra <b>A</b> , após III, para diferenciação do capítulo que discorre sobre a temática;
Capítulo V	Correção da descrição da Resolução COMAS de 1017 e 1018/2015 para 1017 e 1016/2015
Capitulo V, Art. 17º, VI, §3º	Inclusão da palavra <b>candidatos</b> antes da palavra Delegados
Capitulo V, Art. 17º, VII	Inclusão do termo <b>candidatos a delegados</b> no antes de X Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo
Capitulo V, Art. 18º, Par. Único	Inclusão do termo candidato a antes de Delegado

Em regime de votação, o Regimento Interno foi aprovado por contraste às 11h05m e às 11h01m a plenária inicial da **Conferência Regional da LAPA** foi encerrada.

#### 3.2.5 Regimento Interno Aprovado

#### MINUTA DO REGIMENTO INTERNO DAS 31 CONFERÊNCIAS REGIONAIS XI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO TEMA: "CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ, RUMO A 2026"

#### CAPÍTULO I - Da Organização

- **Art. 1º** A Conferência de Assistência Social da Cidade de São Paulo é foro de debate, na defesa dos direitos socioassistenciais, civis e políticos e na garantia do sistema de proteção social da Assistência Social.
- **Art. 2º** A Conferência Regional terá caráter deliberativo em seu âmbito e propositivo no âmbito Municipal, Estadual e Nacional. Será realizada conforme normativas do COMAS/SP.
- **Art. 3º** As Comissões Organizadoras Regionais são responsáveis pela sua infraestrutura e organização, conforme previsto na Resolução 1017/COMAS-SP/2015, sendo acompanhadas e subsidiadas pela Comissão Organizadora Central.
- **Art. 4º** As Conferências Regionais de Assistência Social serão realizadas no âmbito das 31 SAS Supervisões de Assistência Social.
- Art. 5º A mesa coordenadora dos trabalhos da Conferência Regional será composta por:
- I Dois Coordenadores (Comissão Regional), sendo 1 (um mediador) ad referendo do plenário;
- II Um representante indicado e aprovado pelo COMAS/SP;
- III- Um representante da SAS;
- IV- Um representante da Sociedade Civil.
- § 1º A escolha dos membros da mesa coordenadora, à exceção do Conselheiro do COMAS/SP, ficará a critério da Comissão Organizadora Regional.
- § 2º Cabe aos Coordenadores:
- I Dar início aos trabalhos;
- II Garantir a palavra aos integrantes da Mesa e Plenário, e
- III Conduzir os trabalhos do dia:
- § 3º Cabe ao Mediador:
- I Assegurar a realização da Conferência Regional observando o Regimento Interno e;
- II Garantir a interlocução com a Comissão Organizadora Regional.
- § 4º A Mesa de Trabalho contará com o apoio da Empresa Contratada nos trabalhos do Plenário.

**Art. 6º** - As Comissões Organizadoras Regionais, constituídas em foros paritários, foram homologados pelo COMAS/SP, após a realização de Assembléias Regionais nas 31 regiões da SAS.

Parágrafo Único - As Comissões Regionais são de coordenação paritária (1 da Sociedade Civil e 1 do Poder Público), sendo passível de substituição a critério da Comissão Regional, respeitando-se a paridade.

#### Art. 7º - Serão participantes da Conferência Regional:

- I Conselheiros Municipais de Assistência Social;
- II Representantes da Gestão do SUAS e Trabalhadores do SUAS (Servidores);
- III Representantes de Entidades e Organizações, Trabalhadores do SUAS (CLT) e Organização de Trabalhadores, Usuários e Organização de Usuários;
- IV Representantes de Fóruns Regionais e Municipal voltados para a Assistência Social;
- **V** Representantes de Movimentos Sociais, Universidades, Conselhos de Categorias Profissionais e Fóruns de Etnia e de Gênero;
- VI Autoridades convidadas e presentes;
- VII Convidados e Observadores.
- § 1º Os participantes da Conferência Regional deverão ser maiores de 15 (quinze) anos e 11(onze) meses, mediante apresentação de documento com foto.
- § 2º A identificação dos participantes será por meio de lista de presença ou identificação on line, conforme metodologia aprovada pela Comissão Organizadora Central e específica por Segmentos (Entidades, Trabalhadores do SUAS CLT), Usuários, Gestão do SUAS e Trabalhadores do SUAS (Servidor) para a eleição, bem como Observadores e Convidados, dentre outros.
- § 3º Participarão na eleição dos delegados da XI Conferência Municipal de Assistência Social, os segmentos previstos na Resolução COMAS/SP 1017/2015 de 03 de julho de 2015.
- **Art. 8º** Na Conferência Regional, o credenciamento será online e/ou presencial, caso necessário e será realizado em horário previsto na programação, mediante assinatura da lista de presença com entrega da Ficha de Credenciamento e com a escolha de vagas por grupo até o limite de vagas por Temática/Dimensão.
- § 1º Fica estabelecido que a Ficha de Credenciamento deverá ser recolhida pela empresa para confirmação do credenciamento, em local a ser designado pela Comissão Organizadora Regional.
- § 2º O participante que não devolver a ficha de Credenciamento ficará inabilitado a ser candidato a Delegado Municipal da XI Conferência Municipal de Assistência Social e/ou a candidato Delegado Estadual da X Conferência Estadual de Assistência Social.

#### CAPÍTULO II - Da Programação

- Art. 9º A Conferência Regional terá a seguinte programação:
- 08h00 Início do credenciamento;
- 08h30- Abertura; Hino Nacional; SAUDAÇÃO das autoridades presentes;
- 09h00- Palestra Magna e debate;
- 10h36 Leitura e aprovação do Regimento Interno da Conferência Regional e encerramento do credenciamento dos participantes;
- 11h00 Trabalho dos grupos;
- 13h00 Intervalo para almoço;
- 14h00 Continuação dos trabalhos dos grupos por Dimensões;
- 15h30 Prazo para entrega das moções para mesa coordenadora e Plenário de apresentação, das prioridades referendadas nos grupos, para aprovação do Plenário e, aprovações ou rejeições das moções;
- 17h00 Eleição, apresentação e referendo da delegação para a XI Conferência Municipal de Assistência Social e candidatos a delegados a X Conferencia Estadual de Assistência Social; 18h00 Encerramento.

**Parágrafo Único** – Esta programação poderá ser ajustada, conforme a necessidade, ad referendo do plenário, desde que respeite as Normativas do COMAS/SP.

#### **CAPÍTULO III - Da Temática**

Art. 10 - A Conferência Regional terá como tema "Consolidar o SUAS de vez, rumo a 2026". Com o lema: Pacto Republicano no SUAS rumo a 2026: O SUAS que temos e o SUAS que queremos, e o objetivo de "Avaliar a situação da assistência social, propor e deliberar diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS, enfatizando a participação e o controle social no município de São Paulo".

#### §1º - Subtemas:

- I Subtema 1: O enfrentamento das situações de desproteções sociais e a cobertura dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda nos territórios.
- II Subtema 2: O Pacto Federativo e a consolidação do SUAS.
- III Subtema 3: Fortalecimento da participação e do controle social para a gestão democrática.

#### §2º - Dimensões:

- I Dimensão 1 Dignidade Humana e Justiça social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no pacto federativo.
- II Dimensão 2 Participação social como fundamento do pacto federativo no SUAS
- III Dimensão 3- Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal,
   Republicano e Federativo
- IV Dimensão 4 Qualificação do Trabalho no SUAS na consolidação do Pacto federativo

V - Dimensão 5-Assistência Social é direito no âmbito do pacto federativo

#### **CAPÍTULO III A - Dos Grupos**

- Art. 11 Os participantes serão subdivididos em grupos.
- § 1º Cada grupo terá um Facilitador e Relator da Empresa Contratada.
- § 2º Cabe ao Facilitador do Grupo:
- I Abrir e orientar a discussão;
- II Esclarecer dúvidas técnicas relativas ao Tema/Dimensão;
- III Coordenar e mediar os debates, assegurando o uso da palavra aos participantes;
- IV Assegurar que as propostas sejam encaminhadas e aprovadas por consenso ou maioria simples e;
- V Controlar o tempo.
- § 3º Cabe ao Relator:
- I Registrar as propostas do grupo em instrumento próprio;
- II Apresentar o relatório à mesa coordenadora e ao plenário.
- § 4º Fica estabelecido que as discussões nos grupos e plenário serão registradas em áudio pela Empresa contratada, sendo responsabilidade da Comissão Organizadora Regional disponibilizar equipamento de som para o plenário.
- **Art. 12** Nos grupos os participantes poderão fazer uso da palavra para intervenções, desde que não excedam 02 (dois) minutos ou poderão se manifestar por escrito e encaminhar ao Facilitador do Grupo.
- **Art. 13** Os Grupos deverão deliberar em seu Grupo Temático/Dimensão específico as propostas de prioridades que serão apresentadas ao Plenário da Conferência Regional. Após a aprovação, a Empresa Contratada deverá sistematizar as deliberações para subsidiar XI Conferência Municipal de Assistência Social.
- § 1º Cada Grupo deverá propor às 2 prioridades Municipais, 1 Estadual e 1 da União dentro do seu Tema/Dimensão.
- § 2º O referendo das propostas nos grupos dar-se-á por consenso ou maioria simples de votos.
- § 3º No caso de mais de um Grupo de mesma Temática/Dimensão, cada Grupo deverá indicar até 4 representantes para, juntamente com os respectivos Facilitadores e Relatores, realizar a sistematização e indicação de 2 prioridades Municipais, 1 Estadual e 1 da União dentro do seu Tema/Dimensão para apresentação no Plenário.

#### CAPÍTULO IV - Do Plenário Final

Art. 14 - As moções deverão ser entregues aos Coordenadores da Comissão Organizadora Regional até o início do Plenário de aprovação das propostas no período da tarde, com anúncio

de término realizado pelo Coordenador da Mesa, e assinadas por pelo menos 10% dos participantes.

#### Art. 15 - No que se refere às intervenções:

- I Os conferencistas poderão manifestar-se sobre os destaques solicitados, esclarecimentos ou questões de ordem, verbalmente no máximo em 2 (dois) minutos, ou por escrito.
- II Não serão consideradas questões de ordem aquelas que forem compreendidas pela mesa como novo destaque, defesa de proposta ou esclarecimento durante o processo de votação.
- III No caso de manifestação contrária a uma proposta, serão abertas no máximo duas defesas às citadas manifestações, dando direito ao proponente e outros conferencistas a duas réplicas, respeitado o tempo de 2 (dois) minutos deliberado pelo Plenário, seguindo para o processo de votação por contraste e, havendo necessidade, será realizada a contagem de votos.
- IV A Mesa poderá abrir busca de consenso entre os proponentes, caso seja autorizado pelo plenário.
- **V** A Empresa Contratada garantirá apoio técnico nos plenários da Conferência, nas manifestações constantes no presente artigo, bem como na contagem de votos e organização da eleição e referendo dos delegados, sob coordenação da Comissão Organizadora Regional.
- **Art. 16** O Relator de cada grupo exporá a proposta e entregará para a mesa coordenadora os formulários padrão preenchidos durante a discussão dos grupos.
- § 1º Visando a consolidação e sistematização dos resultados que serão apresentados na XI Conferência Municipal de Assistência Social, a Empresa Contratada será responsável pelo recolhimento das listas de presença, Fichas de Credenciamento (Presencial), instrumentais preenchidos pela Comissão e pelos grupos, o regimento aprovado pela plenária, moções e avaliação dos participantes.

## CAPÍTULO V - DOS DELEGADOS (Conforme previsto na Resolução COMAS 1017 e 1016/2015)

- **Art. 17** Critério de escolha dos Delegados(as) Titulares / Suplentes e Observadores, para a XI Conferência Municipal de Assistência Social.
- I Os delegados à XI Conferência Municipal de Assistência Social terão direito a voz e voto e deverão ser eleitos nas 31 Conferências Regionais.
- II Eleger delegados(as) e observadores(as) da Sociedade Civil para a XI Conferência Municipal de Assistência Social, garantindo prioritariamente, o critério de 1/3 (um terço) para cada um dos segmentos Usuários, Trabalhadores do SUAS (Regime CLT) e Organizações/Entidades prestadoras de Serviços, Programas e Projetos de Assistência Social, bem como, no que se refere ao Poder Público composto pela Gestão do SUAS e os Trabalhadores do SUAS (Servidores),

- a)Entende-se por Trabalhadores do SUAS na gestão da administração direta, aqueles que não tenham Cargos de Coordenação e Supervisão na Gestão (Coordenadores de CRAS, CREAS, CENTRO POP, Supervisores Regionais, Assessores do Gabinete de SMADS, Chefe de Gabinete, Secretária Adjunta e Secretária Municipal de Assistência Social).
- b)Entende-se por Gestores da Administração direta, Coordenadores vinculados ao gabinete de SMADS, coordenadores de CRAS, CREAS, CENTRO POP, Supervisores Regionais, Assessores do Gabinete de SMADS, Chefe de Gabinete, Secretária Adjunta e Secretária Municipal de Assistência Social.
- III A composição dos delegados da Sociedade Civil para a XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo será acrescida de 18 (dezoito) Conselheiros(as) da Sociedade Civil do COMAS 9 (nove) titulares e 9 (nove) suplentes, os quais participarão da XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo, na condição de delegados(as) natos(as), desde que participem integralmente do processo (Plenário e Grupos) e com referendo da Plenária Final, em pelo menos 02 (duas) das 31 Conferências Regionais seguindo as orientações da Comissão Organizadora Central;
- IV Na representação dos Segmentos de Entidades, Trabalhadores (CLT) e Usuários serão eleitos:
- a)Delegados titulares, com a obrigatoriedade da proporção de 1 (um) delegado(a) eleito(a) para cada 5 (cinco) participantes da Conferência Regional. Estes terão direito a voz e voto na XI Conferência Municipal;
- **b)**Delegados suplentes, com a obrigatoriedade da proporção de 1 (um) delegado (a) eleito(a) para cada 10 (dez) participantes da Conferência Regional. Estes terão direito a voz na XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo;
- c)Observadores até o máximo de 10 (dez) por Conferência Regional, entre adultos e adolescentes, os quais terão direito a voz na XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo;
- V Na representação do Poder Público serão eleitos para a XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo, delegados(as) indicados(as) nas Conferências Regionais, sendo 2/3 de sua composição Trabalhadores do SUAS (Servidores), em consonância com o § 2º do Artigo 6º e, 1/3 será composto pela gestão conforme definido no § 3º do Artigo 6º, perfazendo um total igual à quantidade de delegados eleitos pela sociedade civil. Caso uma região não atinja o número necessário, este poderá ser complementado por representantes de outra região. Só poderão ser delegados, os representantes do Poder Público que participarem integralmente (Plenária e Grupos) da Conferência Regional, inclusive com referendo da plenária final. A composição dos delegados do Poder Público para a XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo será acrescida de 18 (dezoito) Conselheiros(as) do Poder Público do COMAS 9 (nove) titulares e 9 (nove) suplentes.

- VI Serão considerados eleitos os candidatos que tiverem suas fichas do credenciamento preenchidas por completo, e no horário estabelecido, e obtiverem maior número de votos dos participantes, em pleito realizado em plenário.
- § 1º- Os delegados Titulares e Suplentes deverão ser apresentados pela Comissão Organizadora Regional para referendo final do Plenário.
- § 2º- Os delegados eleitos, ausentes no momento da apresentação, serão inabilitados, sendo indicado o suplente conforme a ordem decrescente de votos.
- § 3º Todos os candidatos a Delegados Titulares e Suplentes para a X Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo deverão participar integral e obrigatoriamente de pelo menos uma Conferência Regional, e Municipal, sendo referendado pela mesma.
- VII A Empresa Contratada ficará responsável pela lista dos delegados titulares, suplentes e observadores, referente à XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo e candidatos a delegados da X Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo, conforme dados previstos na ficha de inscrição.
- **Art. 18 -** Em cada uma das 31 Conferências Regionais serão eleitos dentre os Delegados Municipais da XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo:
- I 1 (hum) Candidato a Delegado(a) Estadual do Segmento de Entidades;
- II 1 (hum) Candidato a Delegado(a) Estadual do Segmento de Trabalhadores do SUAS (CLT) ou Organização de Trabalhadores;
- III 1 (hum) Candidato a Delegado(a) Estadual do Segmento de Usuários ou Organização de Usuários;
- IV 1 (hum) Candidato a Delegado(a) Estadual da Gestão do SUAS;
- V 1 (hum) Candidato a Delegado(a) dos Trabalhadores do SUAS (Servidor)

Parágrafo Único: Cada candidato a Delegado Estadual terá o seu respectivo suplente eleito por ordem decrescente de votação.

- **Art. 19 -** Os Candidatos a Delegados Estaduais, conforme previsto no Art. 18 terão reuniões específicas na XI Conferência Municipal de Assistência Social entre seus pares do respectivo segmento.
- Art. 20 Serão eleitos nas reuniões previstas no Art. 19:
- I 1 (hum) Delegado Estadual do Segmento de Entidades;
- II 1 (hum) Delegados Estadual do Segmento de Trabalhadores (CLT) ou Organização de Trabalhadores;
- III 2 (dois) Delegados Estaduais do Segmento de Usuários ou Organização de Usuários;
- IV 1 (hum) Delegado Estadual da Gestão do SUAS;
- V 2 (dois) Delegados Estaduais do Segmento de Trabalhadores do SUAS (Servidor);
- VI 2 (dois) Delegados Estaduais do COMAS/SP, considerando a paridade;
- VII 1 (hum) Delegado Estadual da Secretaria Executiva do COMAS/SP.

**Parágrafo Único:** Na ausência dos candidatos a Delegados titulares, assumirão automaticamente os respectivos candidatos a Delegados suplentes eleitos na Regional.

**Art. 21** - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Regional em conjunto com o representante do COMAS/SP mediador da Conferência Regional ad referendum do Plenário.

## São Paulo, 03 de Agosto de 2015 Plenária da Regional LAPA Regimento Interno Aprovado por contraste às 11h05

Concluída a leitura e aprovação do Regimento Interno, os participantes foram divididos em grupos, de acordo com a dimensão escolhida, e encaminhados para as respectivas salas para o início das atividades dos Grupos de Trabalho.

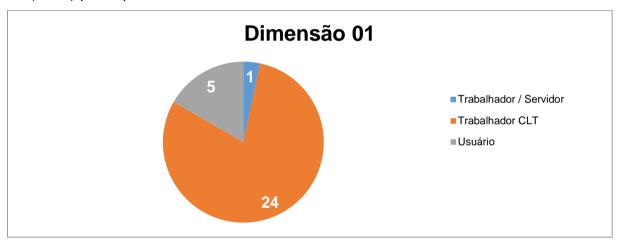
#### 4. Relatório por Dimensão

## 4.1 Dimensão 1 - "Dignidade Humana e Justiça Social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no Pacto Federativo."

DIMENSÃO 1	Dignidade Humana e Justiça social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no Pacto Federativo	
Facilitador (a)	Jefferson de Souza Santana	
Relator (a)	Cristiane da Costa Santos	

#### 4.1.1 Participação

30 (trinta) participantes se inscreveram na Dimensão 1.



#### 4.1.2 Relatoria

11h10m – Início dos trabalhos em grupo

O facilitador iniciou o processo de apresentação falando sobre a Conferência, sua importância e explicando o processo de trabalho durante o dia. Ele pediu aos participantes que se apresentassem falando o nome, localidade e entidade as quais pertencem.

Os participantes se apresentaram, falaram brevemente sobre seu local de trabalho e identificaram suas localidades, em geral afastadas da região do Jaguaré. E, seguida, o facilitador retomou as bases de trabalho, apresentando o instrumental, reforçando as diferenças entre o processo de Conferências, como

a de 2013 e o processo para a elaboração de diretrizes. Apontou, ainda, aspectos importantes, fez esclarecimentos e ressaltou as bases para o trabalho do dia.

O facilitador abriu a roda de discussão a partir das perguntas norteadoras. Os participantes não se dispuseram imediatamente a falar. O facilitador, então, reforçou a abertura para a discussão, ainda que boa parte dos participantes pertença ao local onde a Conferência estava sendo realizada, com a presença de seus superiores no mesmo grupo. Ele deixou claro que o trabalho de grupo deve ser aberto às diversas falas e que o tema da Conferência é o SUAS e a Assistência Social como um todo, não direcionado à crítica imediata da localidade ou de um serviço específico.

Os participantes começaram a apresentar ideias pertinentes ao tema. Uma participante apontou a deficiência no serviço, que não consegue atender a todos os que dele necessitam. Ela ressaltou a falta de vagas nas CEIs, incluindo o serviço no contexto da Assistência e não apenas na Educação.

Outro participante complementou apontando a falta de continuidade no serviço, uma vez que a demanda local não é suprida em todos os seus equipamentos. Ele apontou o serviço cheio e o direcionamento como outros aspectos do problema.

Outra participante complementou, apontando a falta de vagas e de serviços especializados, como o atendimento aos idosos (segundo ela já existentes na Vila dos Remédios e na Água Branca, não presentes nos outros distritos da regional). Ela apontou uma falta de assistencialismo no serviço.

O facilitador, então, pediu para que ela falasse um pouco melhor sobre essa noção de assistencialismo e ela reforçou a ideia de uma necessidade de exercício da assistência em termos paternalistas. Ele reforçou a noção de direitos que permeiam toda a discussão, dentro de uma necessidade de

empoderar o usuário e dimensionar o serviço dentro das perspectivas previstas em Constituição, da Assistência Social como direito legal.

Uma participante, que exerce função de assistente social, apresentou uma noção de influência grande de questões políticas dentro da Assistência Social. Em sua visão, essa influência causa impactos imediatos, com ausência de serviços e investimentos. Ela complementou apontando as demandas locais, como a falta de serviços direcionados aos idosos.

Outros participantes reforçaram em suas falas as deficiências na oferta de serviços, com falta de vagas, com dinâmicas diferenciadas pela posição de trânsito da regional, atendendo pessoas de diversas localidades. Eles apontaram a presença de quatro CCAS no Jaguaré, número que eles entendem ser bastante deficitário.

O facilitador pediu para que os participantes retomassem os apontamentos relacionados às demandas locais e demonstrou, a partir de uma fala anterior de um participante, que já previa uma possível solução para o problema apontando, como a construção de diretrizes está focada na apresentação de direções que viabilizam melhorias e fundamentam o SUAS. Nesta segunda rodada de falas dos participantes, eles se mostraram novamente hesitantes.

Ele propôs, então, a divisão em grupos para aprofundamento das dos pontos apresentados. Os participantes foram agrupados em dois grupos e foram orientados a produzir apontamentos para retornar ao grupo total.

Os grupos continuaram suas discussões ainda muito focadas na dimensão local das questões apontadas. O facilitador circulou, orientando sobre questões apontadas por eles, procurando dimensionar os pontos levantados para questionamentos menos localizados.

13h – Pausa para o almoço; 14h – Retomada dos Grupos de Trabalho

Ao voltar do almoço, os participantes retomaram as discussões de grupo, já com apontamentos bastante definidos. Surgiram nos grupos:

- Superlotação;
- Progressão continuada;
- Melhor proporção aluno/educador;
- Melhor remuneração salarial;
- Valorização do profissional;
- Necessidade de ampliação do serviço e de criação de novos serviços que atendam as demandas locais:
- Investimento da formação continuada do profissional;
- Abertura de mais equipamentos para comportar a demanda dos serviços, CCA e CEDESP;
- Atendimento efetivo à terceira idade.

O processo de discussão dos grupos culminou na elaboração de apontamentos em forma de texto. Foram eles:

- Aumento do investimento para a capacitação do profissional dos serviços socioassistenciais;
- Criar novos serviços para atender a demanda local;
- Ampliar a criação e implementação dos serviços de CCA e CEDESP, com funcionários capacitados e melhor remunerados, de forma a garantir o atendimento de qualidade para esses usuários;
- Ampliar os serviços voltados ao atendimento à pessoa idosa, com profissionais qualificados e espaços próprios que permitam o atendimento e que possibilitem e assegurem ao idoso um serviço de saúde, assistência social e cultural.

A elaboração dos textos finais seguiu baseada nas primeiras proposições. Os participantes e seus grupos apontaram de maneira mais clara quais fora os apontamentos, temas e a discussão de grupo.

Os textos sugeridos foram projetados no telão para aprovação a alterações de texto. Os debates foram mais direcionados, levando em conta pequenas alterações nos termos ou na ordem das palavras. As propostas finais,

referendadas de maneira tranquila no grupo e encaminhadas para a plenária, foram:

#### **Municipais**

- Ampliar a criação e implementação dos serviços das Redes Básica e Especial,
   com funcionários capacitados e melhor remunerados, de forma a garantir o atendimento de qualidade aos usuários;
- Ampliar os serviços voltados à pessoa idosa, com profissionais qualificados e espaços apropriados que possibilitem o atendimento e assegure ao idoso um serviço de qualidade na assistência social, integrada com a saúde e cultura.

#### **Estadual**

- Aumentar o investimento dirigido à capacitação dos profissionais dos serviços socioassistenciais, visando melhor atendimento aos usuários, efetivando a justiça social e a dignidade humana;

#### **Federal**

- Ampliar o orçamento direcionado à Assistência Social, excluindo deste aumento os benefícios de transferência de renda, garantindo o repasse direto aos municípios, possibilitando o aumento efetivo da rede de serviços;

#### 4.1.3 Quadro do instrumental Dimensão 1 - Propostas gerais

## Dimensão 1- Dignidade Humana e Justiça social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no Pacto Federativo

Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Criar novos serviços para atender a demanda local.	Aumento do investimento para a capacitação do profissional dos serviços socioassistenciais.
Ampliar os serviços voltados ao atendimento à pessoa idosa, com profissionais qualificados e espaços próprios que permitam o atendimento e que possibilitem e assegurem ao idoso um serviço de saúde, assistência social e cultural.	Ampliar a criação e implementação dos serviços de CCA e CEDESP, com funcionários capacitados e melhor remunerados, de forma a garantir o atendimento de qualidade para esses usuários.

15h15 - Após aprovação das prioridades, a discussão foi encerrada.

### 4.1.4 Quadro do instrumental Dimensão 1 – Encaminhado para o pleno

## Dimensão 1- Dignidade Humana e Justiça social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no Pacto Federativo

#### Prioridades para o Município

## Prioridades para o Estado e União

Ampliar a criação e implementação dos serviços das Redes Básica e Especial, com funcionários capacitados e melhor remunerados, de forma a garantir o atendimento de qualidade aos usuários. Estado: Aumentar o investimento dirigido à capacitação dos profissionais dos serviços socioassistenciais, visando melhor atendimento aos usuários, efetivando a justiça social e a dignidade humana.

Ampliar os serviços voltados à pessoa idosa, com profissionais qualificados e espaços apropriados que possibilitem o atendimento e assegure ao idoso um serviço de qualidade na assistência social, integrada com a saúde e cultura.

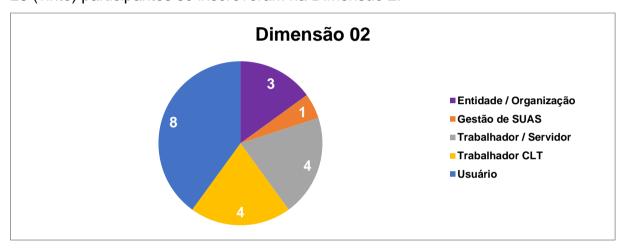
<u>União</u>: Ampliar o orçamento direcionado à Assistência Social, excluindo deste aumento os benefícios de transferência de renda, garantindo o repasse direto aos municípios, possibilitando o aumento efetivo da rede de serviços.

## 4.2 Dimensão 2 - "Participação Social como fundamento do Pacto Federativo SUAS"

DIMENSÃO 2	Participação social como fundamento do Pacto Federativo SUAS	
Facilitador (a)	Daniel Guilherme Machado Pinto	
Relator (a)	Carolina Lopes de Oliveira	

#### 4.2.1 Participação

20 (vinte) participantes se inscreveram na Dimensão 2.



#### 4.2.2 Relatoria

11h10m - Inícios dos trabalhos em grupo

Facilitador inicia se apresentando e pede que o grupo se apresente informando nome e segmento.

Facilitador comenta sobre a temática da dimensão e propõe que o grupo utilize o material de apoio na página 16, faz uma introdução do que se entende por participação social e os espaços onde acontece a participação dos usuários e trabalhadores, em seguida lê junto ao grupo o que o material traz para esclarecer a temática.

Facilitador pergunta ao grupo como acontecem os fóruns ou conselhos na região, participante diz que na região não há divulgação dos espaços de

discussão e que é muito frágil o contato com outros segmentos como a saúde, diz que há grupos que limita a participação da assistência.

Facilitador pergunta como se dá a divulgação dos espaços de discussão.

Participante diz que a participação é lenta, percebe que as pessoas participam a partir de suas necessidades pessoais entende que é uma postura individualista. Reforça que as propostas precisam ser mais sintetizadas e dentro dos espaços de conferência precisa haver um retorno do que foi construído, diz que não há retorno, isso desmotiva a participação.

Facilitador pergunta como se estabelece a relação entre Estado e sociedade civil.

Participante diz que os trabalhadores da ponta muitas vezes não sabem o que está acontecendo nos outros âmbitos, devido essa falta de divulgação.

Outro participante destaca que a participação se dá a partir do fortalecimento da autonomia dos usuários, outro participante diz que o os usuários sabem que tem direito, mas não tem conhecimento dos seus direitos.

Facilitador reforça que é do interesse do usuário fazer parte da construção das Políticas Públicas, pergunta qual o entrave para legitimar a participação desses espaços, participante diz que somente participando é que se aprende participar.

Uma conferencista diz que os locais que acontece os fóruns são de difícil acesso, a falta de infraestrutura e as decisões que sempre são tiradas de cima para baixo são alguns dos pontos que percebe a dificuldade de se inserir nos espaços de participação.

Facilitador pontua que há algumas obrigações do Estado em possibilitar os espaços, e não somente a falta de interesse da população para que se consolide a participação.

Participante diz que a política de Assistência Social é nova ee percebe que os usuários ainda precisam incorporar o que é essa política e para fortalecer é necessário fazer um bom trabalho de base nos próprios serviços para que a partir desse espaço os usuários possam participar de outros espaços.

Facilitador reforça que para se fortalecer é necessário criar multiplicadores, em seguida propõe uma dinâmica usando o material de apoio e as questões norteadoras.

Propõe então a dinâmica de "Escuta por minuto" (*Anexo 4*), quando primeiramente devem discutir em duplas como fortalecer a participação social no âmbito municipal, estadual e federal.

Em seguida facilitador pergunta o que discutiram nas duplas, quando os seguintes pontos são levantados:

- Participação;
- Necessidade de os serviços estimularem mais a participação;
- Qualificação dos trabalhadores;
- Menos hierárquica a relação entre usuário e Poder Público;
- Eventos (conselho, fóruns) devem ser melhor e mais divulgados pelos meios de comunicação.

Facilitador propõe que o grupo se divida em três subgrupos e que construa uma diretriz para cada âmbito (municipal estadual e federal).

13h – Pausa para o almoço; 14h – Retomada dos Trabalhos em Grupo

No retorno do almoço, facilitador retoma a discussão dos subgrupos e, em seguida, apresenta as propostas de diretrizes construídas:

- Despertar o interesse dos usuários através da elaboração de material didático acessível, melhorando a comunicação. Divulgar em redes sociais e outros meios de comunicação;
- Participação efetiva dos trabalhadores e usuários na eleição do COMAS e permanência da presidência do COMAS pela sociedade civil;
- Construção de estratégias que possibilitem a divulgação e informação sobre a política e seus espaços de discussão, visando conscientizar os cidadãos de seus direitos, com linguagem simples e acessível;
- Melhorar as informações e conhecimento das funções é atribuições do CONSEAS a partir dos conselhos municipais e fóruns e se empoderar do CONSEAS para garantir e ampliar a participação dos usuários e trabalhadores da assistência social;
- Construir projetos independentes de siglas políticas, unificar os interesses das instâncias, com trabalho comprometido e eficaz.
- Maior parceria entre Estado e o Município para uma maior qualidade dos serviços e valorização do trabalhador social (questão salarial);
- Ampliar a participação dos usuários e trabalhadores nas conferências estadual e nacional como no CNAS
- Unificar os bancos de Dados de forma a identificar o cidadão, para facilitar ações dos Estados e Municípios, visando à garantia dos direitos dos mesmos;
- Disponibilizar mais recursos para melhorar desenvolvimento dos projetos sociais
- Aprimorar o diálogo com outras esferas para atender as necessidades sociais.

Em seguida facilitador expõe as propostas e constrói coletivamente as diretrizes a serem encaminhadas à plenária:

#### **Municipais**

- Construir materiais diversos sobre as políticas públicas com linguagem adequada a cada público a ser divulgados em diversos meios de comunicação, assim como os espaços de participação (fóruns e conselhos), visando à conscientização dos usuários de seus direitos;

- Participação efetiva dos trabalhadores e usuários na eleição do COMAS e permanência da presidência do COMAS pela sociedade civil.

#### **Estadual**

- Melhorar as informações e conhecimento das funções e atribuições do CONSEAS a partir dos conselhos municipais e fóruns e se empoderar do CONSEAS para garantir e ampliar a participação dos usuários e trabalhadores da assistência social.

#### **Federal**

- Efetivar e ampliar a participação dos usuários e trabalhadores na conferência Estadual e Nacional como no CNAS.

# 4.2.3 Quadro do instrumental Dimensão 2 – Propostas Gerais

# Dimensão 2- Participação Social como fundamento do Pacto Federativo SUAS

Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Despertar o interesse dos usuários através da elaboração de material didático acessível, melhorando a comunicação. Divulgar em redes sociais e outros meios de comunicação;	Melhorar as informações e conhecimento das funções é atribuições do CONSEAS a partir dos conselhos municipais e fóruns e se empoderar do CONSEAS para garantir e ampliar a participação dos usuários e trabalhadores da assistência social;
Participação efetiva dos trabalhadores e usuários na eleição do COMAS e permanência da presidência do COMAS pela sociedade civil;	Profissional técnico que possa fazer o atendimento da família e da comunidade, a ser enquadrado como custo indireto;
Construção de estratégias que possibilitem a divulgação e informação sobre a política e seus espaços de discussão, visando conscientizar os cidadãos de seus direitos, com linguagem simples e acessível.	Construir projetos independentes de siglas políticas, unificar os interesses das instâncias, com trabalho comprometido e eficaz;
	Maior parceria entre Estado e o Município para uma maior qualidade dos serviços e valorização do trabalhador social (questão salarial)
	Ampliar a participação dos usuários e trabalhadores nas conferências estadual e nacional como no CNAS;
	Unificar os bancos de Dados de forma a identificar o cidadão, para facilitar ações dos Estados e Municípios, visando à garantia dos direitos dos mesmos

Disponibilizar mais recursos para melhorar desenvolvimento dos projetos sociais
Aprimorar o diálogo com outras esferas para atender as necessidades sociais

15h17m - Após aprovação das prioridades, a discussão foi encerrada.

# 4.2.4 Quadro do instrumental Dimensão 2 – Encaminhado para o Pleno

# Dimensão 2- Participação Social como fundamento do Pacto Federativo SUAS

# Prioridades para o Município

Construir materiais diversos sobre as políticas públicas com linguagem adequada a cada público a ser divulgados em diversos meios de comunicação, assim como os espaços de participação (fóruns e conselhos), visando à conscientização dos usuários de seus direitos;

Participação efetiva dos trabalhadores e usuários na eleição do COMAS e permanência da presidência do COMAS pela sociedade civil.

# Prioridades para o Estado e União

Estado: Melhorar as informações e conhecimento das funções e atribuições do CONSEAS a partir dos conselhos municipais e fóruns e se empoderar do CONSEAS para garantir e ampliar a participação dos usuários e trabalhadores da assistência social.

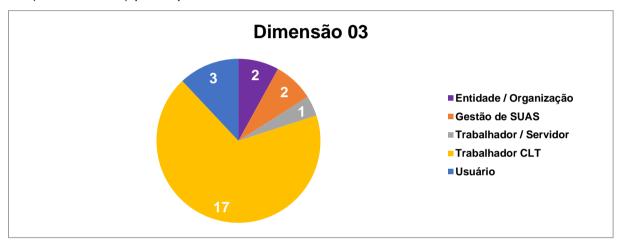
<u>União</u>: Efetivar e ampliar a participação dos usuários e trabalhadores na conferência Estadual e Nacional como no CNAS.

# 4.3 Dimensão 3 – "Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo"

DIMENSÃO 3	Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo
Facilitador (a)	David Ohannes Berziganian
Relator (a)	Filipe Nicoletti Ribeiro

#### 4.3.1 Participação

25 (vinte e cinco) participantes se inscreveram na Dimensão 3.



#### 4.3.2 Relatoria

11h10m – Início dos trabalhos em grupo

O facilitador iniciou se apresentando e pediu aos presentes que fizessem o mesmo, mencionando o segmento a que pertencem e seus locais de trabalho/moradia.

Após as apresentações, o facilitador fez rápidas observações sobre os objetivos da Conferência. Em seguida, propôs que os participantes se dividissem em duplas para a dinâmica de "Escuta por minuto" (*Anexo 4*) e propôs que os presentes expusessem suas ideias sobre Assistência Social na dinâmica de duplas. Na segunda parte da dinâmica, as duplas foram trocadas, assim como o tema a ser discutido, que, tendo em vista a dimensão, versou em torno da atribuição de responsabilidade sobre a assistência social.

Após a dinâmica, o facilitador solicitou que os participantes expusessem o que discutiram em sua dupla, quando os seguintes pontos foram levantados:

- Assistência Social está ligada à ajuda às pessoas que dela precisam;
- Responsabilidade sobre a assistência social: do Estado, mas também da sociedade;
- Visão errônea: assistência se resume ao assistencialismo;
- Dificuldade de definir o papel real da assistência e explicá-lo à sociedade;
- Ideia de "dar" não pode nortear a assistência social, especialmente no caso das crianças;
- Não deve haver "coitadismo", mas deve se proporcionar oportunidades para que as crianças e adolescentes "conquistem" seu lugar no mundo;
- Falta de verbas dificulta papel mais complexo da Assistência;
- Assistência como Política Pública, deve ser encarada como política de Estado, não como política de governo;
- "Mudança de paradigma" ocorrida na política socioassistencial a partir da Constituição de 1988;
- Assistência deve ser construída de forma gradual, com participação do Estado e da sociedade em tal construção;

O facilitador então destacou o papel da Conferência como parte desse processo de construção.

Uma participante abordou a perspectiva anterior à de 1988 sobre a assistência, ainda exercida pela esfera privada e ligada à filantropia. Destacou ter sido sua transformação em política pública, direito básico dos cidadãos, a "realização de um sonho". Apontou o importante papel dos jovens (da "nova geração") na continuidade da construção da assistência social como política pública.

O facilitador destacou já haver "ganchos" interessantes para se pensar o papel do Estado na política de assistência social. Citou pontos e questões norteadoras da dimensão, propondo reflexões sobre a competência do Estado

com relação a tal política. Sugeriu, em seguida, uma dinâmica em que os presentes, individualmente, escreveriam suas impressões, expectativas ou propostas em torno da política socioassistencial em sua região e no município.

Após este primeiro exercício, o facilitador propôs a formação de duplas em que os participantes conversassem, por 20 minutos, sobre as ideias inicialmente – e individualmente – anotadas, formulando-as na forma de novas ideias acordadas pela dupla. Esta dinâmica consiste, portanto, na ampliação ou elevação gradual das impressões e expectativas individuais dos participantes a propostas retiradas em grupos cada vez maiores, atingindo-se, ao fim, a formulação de diretrizes que contemplem todos os participantes presentes.

Deste modo, após o fim da segunda parte da dinâmica, as duplas foram transformadas em grupos de quatro participantes para ensaiarem, ao longo de outros 20 minutos, a formulação de propostas a partir de novo compartilhamento das ideias anteriormente expostas. O facilitador pediu que os presentes já atentassem para a necessidade de pensar tais proposições de forma mais técnica, isto é, como diretrizes, explicando a diferença entre estas últimas, de largo alcance, e meras demandas. Finda a etapa anterior, três grupos de oito participantes foram formados para nova exposição, discussão e formulação de proposições, também ao longo de 20 minutos.

12h52 – Pausa para o almoço; 13h50 – Retomada dos Trabalhos em Grupo

O facilitador retomou os trabalhos após o almoço, solicitando que os grupos passassem a formulação final das ideias levantadas ao papel. Os grupos, muitos dos quais já estavam bastante avançados, procederam à finalização das proposições. Depois disto, o facilitador encerrou a dinâmica, reunindo os participantes em um único grupo. Apresentou-se, então, as proposições formuladas:

-Ativação de responsabilidade do Estado, não transferência de responsabilidade para o poder privado;

- -Priorização de recursos para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com maior deliberação de verbas;
- -Maior articulação intersecretarial e intersetorial, para que a política pública da Assistência Social seja protagonista e não apenas complementar a outras políticas;
- -Criar uma política de divulgação (disseminar as informações da Assistência Social);
- O estado deve garantir e se responsabilizar para que os trabalhadores da Assistência Social sejam contemplados com os seus direitos trabalhistas previstos na CLT;
- -Articulação intersecretarial (Saúde, Educação e Assistência) para atendimento integral do usuário e construção de um cadastro único que possibilite o acompanhamento do mesmo;
- -O Estado deve garantir maior financiamento para a Assistência Social de 5% a 10% do orçamento municipal;
- -Monitoramento e avaliação de políticas públicas;
- -Participação da sociedade civil, trabalhadores e usuários na gestão;
- -O estado e município devem trabalhar unidos;
- -Empregar os recursos prioritariamente nos serviços da administração direta (novos centros de referência e servidores públicos);
- Criar conselhos gestores paritários nos CRAS;
- -As parcerias com as entidades devem ser reguladas de modo a aperfeiçoar e manter os serviços já prestados e garantir condições de continuidade para novos convênios, tendo em vista as dificuldades financeiras das entidades.

Alteradas, excluídas, aglutinadas ou mantidas as proposições anteriores, se chegou às seguintes, após uma segunda rodada de discussão:

- Efetivar a responsabilidade do Estado, não a transferindo ao poder privado, assegurando que todo trabalhador SUAS seja contemplado com a garantia de seus direitos;
- Criar uma política de divulgação para disseminar as informações da Assistência Social.

- Controle social, participação da sociedade civil, trabalhadores e usuários na gestão, através da criação de conselhos gestores paritários nos CRAS;
- Empregar os recursos prioritariamente nos serviços da administração direta (novos centros de referência e servidores públicos);
- As parcerias com as entidades devem ser reguladas de modo a aperfeiçoar e manter os serviços já prestados e garantir condições de continuidade para novos convênios;
- Garantir a articulação intersecretarial e intersetorial das políticas públicas com vistas a unificar as informações e assegurar o atendimento integral do usuário.
- O Estado deve garantir maior financiamento para a Assistência Social de 5 a 10% do orçamento.

Uma nova rodada de discussão (e votação, no caso das prioridades municipais) reduziu as diretrizes do grupo às seguintes:

#### **Municipais**

- Efetivar a responsabilidade do Estado, não a transferindo ao poder privado e empregando os recursos prioritariamente nos serviços da administração direta (novos centros de referência e contratação de servidores públicos);
- Criar uma política de divulgação para disseminar as informações da Assistência Social.

#### **Estadual**

- Garantir a articulação intersecretarial e intersetorial das políticas públicas com vistas a unificar as informações e assegurar o atendimento integral do usuário.

#### <u>Federal</u>

 O Estado deve garantir maior financiamento para a Assistência Social – de 5 a 10% do orçamento.

#### 4.3.3 Quadro do instrumental Dimensão 3 - Propostas Gerais

# Dimensão 3 - Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo

Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Efetivar a responsabilidade do Estado, não a transferindo ao poder privado, assegurando que todo trabalhador SUAS seja contemplado com a garantia de seus direitos.	Garantir a articulação intersecretarial e intersetorial das políticas públicas com vistas a unificar as informações e assegurar o atendimento integral do usuário.
Criar uma política de divulgação para disseminar as informações da Assistência Social.	O Estado deve garantir maior financiamento para a Assistência Social – de 5 a 10% do orçamento.
Controle social, participação da sociedade civil, trabalhadores e usuários na gestão, através da criação de conselhos gestores paritários nos CRAS.	
As parcerias com as entidades devem ser reguladas de modo a aperfeiçoar e manter os serviços já prestados e garantir condições de continuidade para novos convênios.	
Empregar os recursos prioritariamente nos serviços da administração direta (novos centros de referência e servidores públicos).	

15h22m - Após aprovação das prioridades, a discussão foi encerrada

# 4.3.4 Quadro do instrumental Dimensão 3 – Encaminhado para o Pleno

Dimensão 3 - Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo

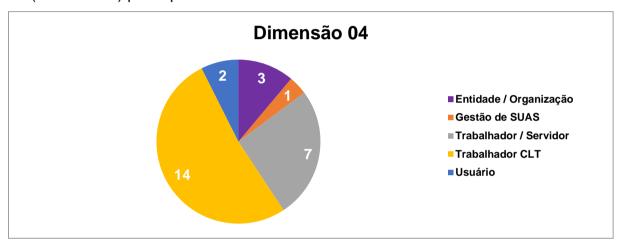
Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Efetivar a responsabilidade do Estado, não a transferindo ao poder privado e empregando os recursos prioritariamente nos serviços da administração direta (novos centros de referência e contratação de servidores públicos);	Estado: Garantir a articulação intersecretarial e intersetorial das políticas públicas com vistas a unificar as informações e assegurar o atendimento integral do usuário.
Criar uma política de divulgação para disseminar as informações da Assistência Social.	União: O Estado deve garantir maior financiamento para a Assistência Social – de 5 a 10% do orçamento.

# 4.4 Dimensão 4 – "Consolidação do trabalho no SUAS na consolidação do pacto federativo"

DIMENSÃO 4	Consolidação do trabalho no SUAS na consolidação do Pacto Federativo	
Facilitador (a)	Mariane Oliveira da Silva	
Relator (a)	Brisa Serena Nascimento Guedes	

#### 4.4.1 Participação

27 (vinte e sete) participantes se inscreveram na Dimensão 4.



#### 4.4.2 Relatoria

11h12m – Início dos Trabalhos em Grupo

A facilitadora cumprimentou todos os presentes e pediu aos participantes que se apresentassem.

Logo após as apresentações, a facilitadora fez uma introdução aos temas que permeiam a dimensão 4, solicitando a todos que fizessem a leitura breve do material de apoio, na parte que compete à dimensão 04 e comentou sobre a tarefa do grupo de propor ideias para o plano decenal para o SUAS, relacionando com o tema da dimensão.

Indagou então ao grupo se todos tinham conhecimento sobre a Política Nacional de Educação Permanente, deu sequência à leitura ressaltando alguns pontos de reflexão para o debate sobre a capacitação dos trabalhadores e a qualificação dos serviços socioassistenciais por meio da qualificação do trabalho.

Em seguida, a facilitadora solicitou que os participantes lessem o material de apoio na parte que compete ao pleno de metas para o SUAS durante o intervalo para o almoço.

Perguntou ao grupo o sobre o que era compreendido como supervisão da capacitação, nenhum dos participantes se manifestou. A facilitadora então seguiu indagando ao grupo sobre os princípios ético-políticos do SUAS. Novamente, nenhum participante se manifestou, então a facilitadora explanou sobre os princípios e sobre as diretrizes do SUAS e indagou, mais uma vez, ao grupo sobre a qualidade da intervenção profissional nos espaços sócio ocupacionais, outrossim o que seria necessário para melhorar a intervenção profissional.

Uma das participantes explanou sobre a qualidade relacionada a quantidade, no que diz respeito ao quadro de RH para todo o quadro de trabalhadores do SUAS.

Outro conferencista explanou sobre a rotatividade dos trabalhadores, pontuando a valorização salarial dos trabalhadores.

Uma terceira conferencista pontuou a necessidade de capacitação educativa dos trabalhadores, complementando está fala outro participante explanou sobre a diversidade destas capacitações.

Outra participante fez uma fala colocando que o quadro de trabalhadores era insuficiente, assim como os salários também não era justo, seguida por outra conferencista, que pontuou sobre a qualificação, sendo que os temas das

capacitações não contemplavam as necessidades dos trabalhadores, sugerindo que as instituições arcassem com os custos de formação dos trabalhadores.

A facilitadora explanou sobre as falas do grupo e indagou sobre o aumento do quadro de RH relacionado ao aumento dos serviços, quando uma das participantes refutou sua fala, alegando que os serviços já atendiam uma demanda exacerbada, priorizando o aumento do quadro de RH como uma demanda mais emergencial do que o aumento dos serviços.

A facilitadora explanou sobre o plano decenal e o porquê das Conferências não trazerem resultados concretos, remetendo os participantes ao plano de metas, sendo elas de curto, médio e longo prazo, instigando a reflexão sobre o que seria necessário para viabilizar que estas propostas sejam concretizadas.

Um dos participantes fez uma fala defendendo que é necessário descentralizar o Espaso, contemplando as necessidades dos trabalhadores.

Outra conferencista defendeu que o Espaso já oferece estas capacitações, porém há falhas de comunicação entre as entidades e poder público, defendendo ainda que o que seria uma prioridade para a elaboração das diretrizes seria a implementação da Política Nacional de Educação Permanente.

Outra participante fez uma colocação sobre a falta de trabalhadores ser um entrave para a viabilização de capacitações. A facilitadora fez uma explanação sobre a comunicação entre os setores e a oferta de capacitações de forma que contemple a todos os trabalhadores.

A facilitadora indagou ao grupo sobre as capacitações aos trabalhadores da rede conveniada, um participante respondeu que não tem acesso algum a capacitação e formação, outrossim, explanou sobre a falta de condições estruturais no seu espaço do trabalho, complementando sua fala outra participante reafirmou a colocação que a antecedeu.

Uma das participantes salientou, novamente, a questão do RH, relacionando com as capacitações.

A facilitadora explanou sobre a fala dos participantes, pontuando as questões mais relevantes debatidas pelo grupo, ao expor sobre a capacitação interdisciplinar os participantes demonstraram desacordo, reforçando que a falta de trabalhadores nos serviços era uma condição que forçava os trabalhadores a cumprirem outras funções, a facilitadora solicitou ao participante que pontuou sobre a falta de capacitações de áreas diversas, após a explanação do participante o grupo ainda seguiu demonstrando desacordo sobre a ideia da interdisciplinaridade, quando outras participantes expuseram suas considerações sobre esta divergência, em consenso que o Estado deveria repassar verbas para as entidades para que estas viabilizem capacitações contemplando as necessidades dos trabalhadores.

Outra participante pontuou, novamente, que a adequação do RH frente às demandas e às necessidades dos serviços, era a prioridade para a elaboração das diretrizes.

A facilitadora explanou sobre a elaboração das prioridades do grupo, informando que o grupo poderia elaborar quatro diretrizes e contemplar outros pontos debatidos pelo grupo. Indagou ao grupo sobre quais outros pontos poderiam ser priorizados para a elaboração das diretrizes. Foram destacados: Adequação do RH; Adequação dos salários; Implementação da PNEP municipal.

12h30m – Pausa para o almoço; 13h35m – Retomada dos Trabalhos em Grupo

No retorno do almoço, a facilitadora propôs ao grupo que se dividisse por temas, abordados sendo eles: Adequar o quadro de RH (NOB/RH SUAS); Efetivação da NOB/RH SUAS no município; Adequação dos salários dos trabalhadores; Plano municipal de educação permanente; Descentralização do Espaso; Repasse de verba para capacitação.

Após apresentar os temas abordados a facilitadora relacionou os temas com as instâncias de governo; sendo que alguns temas foram unificados, formando a seguinte divisão do grupo em subgrupos:

<u>Grupo 01</u> - Federal e Municipal: debater a NOB RH em plano municipal, pela efetivação e em plano federal, pela revisão.

<u>Grupo 02</u> - Municipal: Plano municipal de educação permanente; descentralização do Espaso.

<u>Grupo 03</u> - Estadual: Efetivar acompanhamento dos usuários, independente da região.

Os grupos foram subdivididos, assim como os temas, em acordo com as necessidades dos participantes, contemplando as falas dos conferencistas presentes.

Após o primeiro momento dos trabalhos em grupo, as primeiras proposições foram apresentadas ao grupo maior:

<u>Grupo 01</u> – Federal: Revisar e efetivar a NOB/RH SUAS contemplando o aumento do quadro de trabalhadores, conforme o atendimento da rede socioassistencial e a valorização salarial de todo o quadro de trabalhadores do SUAS.

Municipal: Efetivar a NOB/RH SUAS no município de São Paulo através de concursos públicos periódicos e ampliação do quadro de RH dos trabalhadores do SUAS, inclusive no que se refere as portarias 46/47 quanto ao número de RH compatível com os usuários atendidos e propor criação de legislação prevendo reajustes salariais.

<u>Grupo 02</u> - Municipal: Implementar o plano municipal de educação permanente, de acordo com as especificidades de cada serviço afim de qualificar e capacitar os trabalhadores do SUAS, melhorando o atendimento dos usuários.

<u>Grupo 03</u> – Estadual: Estabelecer ação junto a secretaria estadual de assistência social para resolução de atendimento de usuários de municípios que fazem divisas com São Paulo impossibilitando o acompanhamento das famílias.

Em seguida, as propostas foram referendadas, os participantes fizeram defesas de propostas de diretrizes, e estas foram elaboradas contemplando a maioria dos presentes - ainda que sendo alertados sobre o risco de alguns textos serem alterados no pleno:

#### **Municipais**

- Revisar a NOB/RH SUAS e as portarias 46/47 para a adequação do quadro de RH e salários dos trabalhadores do SUAS, garantindo qualidade no atendimento;
- Implementar o plano municipal de educação permanente, de acordo com as especificidades de cada serviço afim de qualificar e capacitar os trabalhadores do SUAS, melhorando o atendimento dos usuários.

#### **Estadual**

- Estabelecer ação junto a secretaria estadual de assistência social para resolução de atendimento de usuários de municípios que fazem divisas com São Paulo.

#### **Federal**

- Revisar e efetivar a NOB/RH SUAS contemplando o aumento do quadro de trabalhadores, conforme o atendimento da rede socioassistencial;

# 4.4.3 Quadro do instrumental Dimensão 4 – Propostas Gerais

Dimensão 4 - Consolidação do trabalho no SUAS na consolidação do Pacto Federativo	
Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Efetivar a NOB/RH SUAS no município de São Paulo através de concursos públicos periódicos e ampliação do quadro de RH dos trabalhadores do SUAS, inclusive no que se refere as portarias 46/47 quanto ao número de RH compatível com os usuários atendidos e propor criação de legislação prevendo reajustes salariais;	Estabelecer ação junto a secretaria estadual de assistência social para resolução de atendimento de usuários de municípios que fazem divisas com São Paulo impossibilitando o acompanhamento das famílias;
Implementar o plano municipal de educação permanente, de acordo com as especificidades de cada serviço afim de qualificar e capacitar os trabalhadores do SUAS, melhorando o atendimento dos usuários;	Revisar e efetivar a NOB/RH SUAS contemplando o aumento do quadro de trabalhadores, conforme o atendimento da rede socioassistencial e a valorização salarial de todo o quadro de trabalhadores do SUAS;

15h14m - Após aprovação das prioridades, a discussão foi encerrada.

# 4.4.4 Quadro do instrumental Dimensão 4 – Encaminhado para o Pleno

# Dimensão 4 - Consolidação do trabalho no SUAS na consolidação do Pacto Federativo

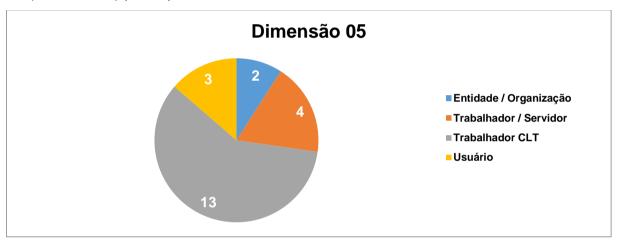
Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Revisar a NOB/RH SUAS e as portarias 46/47 para a adequação do quadro de RH e salários dos trabalhadores do SUAS, garantindo qualidade no atendimento;	Estado: Estabelecer ação junto a secretaria estadual de assistência social para resolução de atendimento de usuários de municípios que fazem divisas com São Paulo.
Implementar o plano municipal de educação permanente, de acordo com as especificidades de cada serviço afim de qualificar e capacitar os trabalhadores do SUAS, melhorando o atendimento dos usuários.	<u>União</u> : Revisar e efetivar a NOB/RH SUAS contemplando o aumento do quadro de trabalhadores, conforme o atendimento da rede socioassistencial.

# 4.5 Dimensão 5 – "Assistência Social é direito no âmbito do pacto federativo"

DIMENSÃO 5 – Grupo 1	Assistência Social é direito no âmbito do Pacto Federativo	
Facilitador (a)	Patrícia Alves de Mendonça	
Relator (a)	Elizangela Claro	

#### 4.5.1 Participação

22 (vinte e dois) participantes se inscreveram na Dimensão 5.



#### 4.5.2 Relatoria

11h10m – Início dos Trabalhos em Grupo

Facilitadora se apresenta e pede para que o grupo se apresente dizendo nome e serviço.

Em seguida, propõe a dinâmica de aquecimento, "Escuta por minuto" (Anexo 4) para que duplas falem sobre o seu entendimento sobre o tema da dimensão, Assistência Social como direito, seguido por um segundo tema, que consiste em dizer o que é pacto federativo.

Facilitadora pede para que participantes compartilhem com o grupo as perguntas que responderam nas duplas, quando os seguintes pontos são destacados:

- Assistência Social é um direito e só será efetivado como primazia quando o governo assumir sua responsabilidade, já que ele é o grande responsável pela efetivação do SUAS;
- População não vê a Assistência Social como direito e sim como favor é necessário ajudar a população a se conscientizar do seu direito;
- Quando o cidadão souber que Assistência Social é um direito, terá mais empenho em ir buscar os serviços;
- Trabalhador precisa construir e efetivar a política dentro da Assistência Social;
- Papel não deve ser executado somente pela AS e sim pela sociedade civil também, que desconhece o que é e o que faz a assistência social;
- Pacto Federativo: Todo mundo deve fazer a mesma coisa, independente de governo, é o compromisso assumido desde todas as esferas;
- Baixo investimento na AS comunicação, se comparada a outras políticas em SP é a menor verba, sendo que SP é uma cidade gigante com uma demanda muito maior;
- Financiamento e cofinaciamento das políticas os municípios são os lugares onde as coisas acontecem, daí vem o Pacto, para que tenha um investimento, para concretização da política da assistência social;
- Complexidade dos assuntos/temas nos encontros (Conferência) os termos técnicos não ajudam em nada;
- Preocupação e indignação com os termos técnicos usados nos encontros. Se feito de outro jeito facilitaria o entendimento, principalmente dos usuários nas Conferências.
- Existência do UNIS, serviço onde as pessoas já estão procurando seus direitos, o que mostra que o governo já está mais empenhado, para ter controle da situação;

Facilitadora então lê o que os participantes destacaram no primeiro momento de discussão, e cita alguns pontos apresentados, explicando, em seguida sobre o tema da dimensão 5, subtemas e questões norteadoras.

Após a leitura das questões norteadoras da dimensão 5, facilitadora faz uma divisão de 4 (quatro) subgrupos, para discutir e relatar diretrizes, pontuando a diferença de diretrizes e demandas e mencionando a importância de não fugir do tema/dimensão.

A programação será dividida da seguinte forma: no primeiro momento discussão subgrupos, após o almoço mais 20 (vinte) minutos para finalizar escrita e depois compartilhar no coletivo suas ideias.

Os subgrupos discutem os tópicos e facilitadora passa para esclarecer possíveis dúvidas e enfatizar as diretrizes.

12h40m – Pausa para almoço; 13h40m – Retomada dos Trabalhos em Grupo

Após o retorno do almoço, facilitadora dá 20 minutos para que o grupo escreva as diretrizes e volte para compartilhar no coletivo. Os subgrupos apresentam tópicos das diretrizes elaboradas:

- Publicizar para universalizar os direitos da Assistência Social;
- Criar conselhos distritais;
- Unificar as informações dos serviços;
- Implantação de um canal permanente de informação e comunicação;
- Criar um canal;
- Monitoramento e avaliação a política da assistência social;
- Garantir o acesso e inserção dos usuários aos programas e benefícios que o mesmo tem direito nos serviços socioassistencial;

Participante destaca a preocupação em criar um sistema, pois quando viaja pelo Brasil percebe a falta de acesso das pessoas, que não têm internet. Outra participante fala da importância da ferramenta para que os usuários possam ter atendimento eficaz e com qualidade, quando uma última conferencista lembra da importância de colocar nas diretrizes sobre verba que deve ser destinada a comunicação para assistência social.

Após muitas discussões e alterações nos textos, o GT entra consenso sobre as diretrizes. O grupo de relatores dos subgrupos se reuniram para adaptar os textos de acordo com a colaboração do grupo todo, que foram encaminhadas para a plenária da seguinte maneira:

#### **Municipais**

- Garantir o acesso e articulação da rede socioassistencial unificando as informações dos serviços (contato e descrição) existentes nos territórios, através de uma página *online* pública;
- Implantar conselhos paritários e distritais com objetivo de disseminar as Políticas Públicas e os direitos dos usuários.

#### **Estadual**

- Fortalecer os dispositivos de monitoramento e avaliação da execução da Política de Assistência Social nos municípios de forma sistemática.

#### **Federal**

- Publicizar para universalizar a Política de Assistência Social através da implantação de um canal permanente de informação e comunicação com linguagem simples e direta, com dotação orçamentária.

### 4.5.3 Quadro do instrumental Dimensão 5 - Propostas Gerais

# Dimensão 5 - Assistência Social é direito no âmbito do Pacto Federativo

Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União	
Criar conselhos distritais.	Publicizar para universalizar os direitos da Assistência Social;	
Implantação de um canal permanente de informação e comunicação;	Unificar as informações dos serviços;	
Garantir o acesso e inserção dos usuários aos programas e benefícios que o mesmo tem direito nos serviços socioassistencial	Criar um canal;	
	Monitoramento e avaliação a política da assistência social.	

15h20m - Após aprovação das prioridades, a discussão foi encerrada.

# 4.5.4 Quadro do instrumental Dimensão 5 – Encaminhado para o Pleno

# Dimensão 5 - Assistência Social é direito no âmbito do Pacto Federativo

Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Garantir o acesso e articulação da rede socioassistencial unificando as informações dos serviços (contato e descrição) existentes nos territórios, através de uma página <i>online</i> pública;	Estado: Fortalecer os dispositivos de monitoramento e avaliação da execução da Política de Assistência Social nos municípios de forma sistemática.
Implantar conselhos paritários e distritais com objetivo de disseminar as Políticas Públicas e os direitos dos usuários.	União: Publicizar para universalizar a Política de Assistência Social através da implantação de um canal permanente de informação e comunicação com linguagem simples e direta, com dotação orçamentária.

#### 5. Plenária Final

15h30m – Início da Plenária Final.

O Coordenador da Comissão Organizadora Central, presidindo a mesa, anunciou as vagas para Delegados, houve nos segmentos de Usuários, 9 (nove) para titulares e 4 (quatro) para suplentes; nos segmentos Trabalhadores do SUAS (CLT), Entidades e Organizações e Gestão do SUAS, 8 (oito) para titulares e 4 (quatro) para suplentes; no segmento Trabalhadores do SUAS (Servidores), tiveram 17 (dezessete) para titulares e 8 (oito) para suplentes.

#### 5.1 Moções

Deu-se então início à leitura e aprovação das Moções da Conferência Regional de Assistência Social da LAPA, que foram as seguintes:

Moção 1 – de Repúdio		
Manifesto: Participação de somente 10 delegados municipais na Conferência Estadual de Assistência Social.	Aprovada com 28 assinaturas.	
Moção 2 – de		
Manifesto: Nós usuários, Trabalhadores CLT e Servidor, repudiamos a Resolução do CONSEAS 013/2015 que diminui em 38,1% a participação (vagas) da cidade de São Paulo na Conferência Estadual de Assistência Social, estabelecendo apenas 10 vagas ao município. Sendo que na última IX Conferência Estadual foram 112 vagas.	Aprovada com 12 assinaturas.	

Por tratarem do mesmo assunto, as duas moções foram unificadas, totalizando então 40 assinaturas.

As moções originais, devidamente assinadas, podem ser conferidas no **Anexo 15.** 

### 5.2 Prioridades Dimensões

Após a leitura e aprovação das moções, teve início a leitura para aprovação das diretrizes (*Anexo 6*) discutidas e definidas pelas 5 (cinco) dimensões durante os trabalhos em grupo:

	Aprov	ação em Plenária	- Diretrizes Dimer	<u>ısões</u>
	<u>Municipal 1</u>	<u>Municipal 2</u>	<u>Estadual</u>	<u>Federal</u>
Dimensão 1	Aprovada sem destaque: Ampliar a criação e implementação dos serviços das Redes Básica e Especial, com funcionários capacitados e melhor remunerados, de forma a garantir o atendimento de qualidade aos usuários.	Aprovada sem destaque: Ampliar os serviços voltados à pessoa idosa, com profissionais qualificados e espaços apropriados que possibilitem o atendimento e assegure ao idoso um serviço de qualidade na assistência social, integrada com a saúde e cultura.	Aprovada sem destaque: Aumentar o investimento dirigido à capacitação dos profissionais dos serviços socioassistenciais, visando melhor atendimento aos usuários, efetivando a justiça social e a dignidade humana.	Aprovada sem destaque: Ampliar o orçamento direcionado à Assistência Social, excluindo deste aumento os benefícios de transferência de renda, garantindo o repasse direto aos municípios, possibilitando o aumento efetivo da rede de serviços
Dimensão 2	Aprovada após esclarecimento: Construir materiais diversos sobre as políticas públicas com linguagem adequada a cada público a ser divulgados em diversos meios de comunicação, assim como os espaços de participação (fóruns e conselhos), visando à conscientização dos usuários de seus direitos.	Participação efetiva dos trabalhadores e usuários na eleição do COMAS e permanência da presidência do COMAS pela sociedade civil. Sugestão de inclusão do termo "com criação dos conselhos gestores nos CRAS" — aceita pelo grupo e votada em plenária por contraste com 2 abstenções. Texto Aprovado: Participação efetiva dos trabalhadores e usuários na eleição do COMAS, com criação dos conselhos gestores nos	Melhorar as informações e conhecimento das funções e atribuições do CONSEAS a partir dos conselhos municipais e fóruns e se empoderar do CONSEAS para garantir e ampliar a participação dos usuários e trabalhadores da assistência social. Sugestão de alteração do termo ese empoderar por "participar e estar politicamente dentro do" — aceita pelo grupo e votada em plenária.  Texto aprovado:  Melhorar as informações e conhecimento das funções e	Aprovada sem destaque: Efetivar e ampliar a participação dos usuários e trabalhadores na conferência Estadual e Nacional como no CNAS.

		CRAS e permanência da presidência do COMAS pela sociedade civil.	atribuições do CONSEAS a partir dos conselhos municipais e fóruns, participar e estar politicamente dentro do CONSEAS para garantir e ampliar a participação dos usuários e trabalhadores da assistência social.	
Dimensão 3	Efetivar a responsabilidade do Estado, não a transferindo ao poder privado e empregando os recursos prioritariamente nos serviços da administração direta (novos centros de referência e contratação de servidores públicos); Sugestão de inclusão do termo "município" para compreensão da palavra Estado — aceita pelo grupo e votada em plenária. Texto aprovado: Efetivar a responsabilidade do Estado (município), não a transferindo ao poder privado e empregando os recursos prioritariamente nos serviços da administração direta (novos centros de referência e contratação de servidores públicos).	Aprovada sem destaque: Criar uma política de divulgação para disseminar as informações da Assistência Social.	Aprovada sem destaque: Garantir a articulação intersecretarial e intersetorial das políticas públicas, com vistas a unificar as informações e assegurar o atendimento integral do usuário.	Aprovada sem destaque: O Estado deve garantir maior financiamento para a Assistência Social – de 5 a 10% do orçamento.

Dimensão 4	Revisar a NOB/RH SUAS e as portarias 46/47 para a adequação do quadro de RH e salários dos trabalhadores do SUAS, garantindo qualidade no atendimento; Sugestão de alteração do termo "revisar" por "efetivar" – aceita pelo grupo e votada em plenária. Texto aprovado: Efetivar a NOB/RH SUAS e revisar as portarias 46/47 para a adequação do quadro de RH e salários dos trabalhadores do SUAS, garantindo qualidade no atendimento.	Aprovada sem destaque: Implementar o plano municipal de educação permanente, de acordo com as especificidades de cada serviço afim de qualificar e capacitar os trabalhadores do SUAS, melhorando o atendimento dos usuários.	Aprovada sem destaque: Estabelecer ação junto à secretaria estadual de assistência social para resolução de atendimento de usuários de municípios que fazem divisas com São Paulo.	Aprovada sem destaque: Revisar e efetivar a NOB/RH SUAS contemplando o aumento do quadro de trabalhadores, conforme o atendimento da rede socioassistencial.
Dimensão 5	Aprovada sem destaque: Garantir o acesso e articulação da rede socioassistencial unificando as informações dos serviços existentes (contato e descrição) nos territórios, através de uma página online pública.	Implantar conselhos paritários e distritais com objetivo de disseminar as Políticas Públicas e os direitos dos usuários. Sugestão de inclusão do termo "gestores" – aceita pelo grupo e votada em plenária Texto aprovado: Implantação de conselhos gestores paritários e distritais com objetivo de disseminar as Políticas Públicas e os direitos dos usuários.	Aprovada sem destaque: Fortalecer os dispositivos de monitoramento e avaliação da execução da Política de Assistência Social nos municípios de forma sistemática.	Aprovada sem destaque: Publicizar para universalizar a Política de Assistência Social através da implantação de um canal permanente de informação e comunicação com linguagem simples e direta, com dotação orçamentária

# 5.2.1 Instrumental preenchido com diretrizes aprovadas

# ANEXO II - Instrumental 1 – Orientação CNAS 5/2015 - Avaliação do SUAS: reflexões e debates a partir das cinco dimensões do tema da conferência

Dimensões	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Dignidade Humana e Justiça social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no pacto federativo.	Ampliar a criação e implementação dos serviços das Redes Básica e Especial, com funcionários capacitados e melhor remunerados, de forma a garantir o atendimento de qualidade aos usuários.	Estado: Aumentar o investimento dirigido à capacitação dos profissionais dos serviços socioassistenciais, visando melhor atendimento aos usuários, efetivando a justiça social e a dignidade humana.
	Ampliar os serviços voltados à pessoa idosa, com profissionais qualificados e espaços apropriados, que possibilitem o atendimento e assegure ao idoso um serviço de qualidade na assistência social, integrada com a saúde e cultura.	

Dimensões	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Participação social como fundamento do pacto federativo no SUAS	Construir materiais diversos sobre as políticas públicas com linguagem adequada a cada público a ser divulgados em diversos meios de comunicação, assim como os espaços de participação (fóruns e conselhos), visando à conscientização dos usuários sobre seus direitos.	Estado: Melhorar as informações e conhecimento das funções e atribuições do CONSEAS, a partir dos conselhos municipais e fóruns, e, participar e estar politicamente dentro do CONSEAS para garantir e ampliar a participação dos usuários e trabalhadores da assistência social.
	Participação efetiva dos trabalhadores e usuários na eleição do COMAS, com a criação dos conselhos gestores nos CRAS e permanência da Presidência do COMAS pela sociedade civil.	União: Efetivar e ampliar a participação dos usuários e trabalhadores na conferência Estadual e Nacional como no CNAS.

Dimensões	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo	Efetivar a responsabilidade do Estado (município), não a transferindo ao poder privado, e empregando os recursos prioritariamente nos serviços da administração direta (novos centros de referência e contratação de servidores públicos).	Estado: Garantir a articulação intersecretarial e intersetorial das políticas públicas, com vistas a unificar as informações e assegurar o atendimento integral do usuário.
	Criar uma política de divulgação para disseminar as informações da Assistência Social.	Assistência Social – de 5 a 10% do orçamento.

Dimensões	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Qualificação do Trabalho no SUAS na consolidação do Pacto	Efetivar a NOB/RH SUAS e revisar as Portarias 46/47 para a adequação do quadro de RH e salários dos trabalhadores do SUAS, garantindo qualidade no atendimento.	Estado: Estabelecer ação junto à Secretaria Estadual de Assistência Social para resolução de atendimento de usuários de municípios que fazem divisas com São Paulo.
federativo	Implementar o plano municipal de educação permanente, de acordo com as especificidades de cada serviço, afim de qualificar e capacitar os trabalhadores do SUAS, melhorando o atendimento dos usuários.	União: Revisar e efetivar a NOB/RH SUAS contemplando o aumento do quadro de trabalhadores, conforme o atendimento da rede socioassistencial.

Dimensões	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Assistência Social é	Implantação de conselhos gestores paritários e distritais, com objetivo de disseminar as Políticas Públicas e os direitos dos usuários.	Estado: Fortalecer os dispositivos de monitoramento e avaliação da execução da Política de Assistência Social nos municípios de forma sistemática.
direito no âmbito do pacto federativo	Garantir o acesso e articulação da rede socioassistencial unificando as informações dos serviços existentes (contato e descrição) nos territórios, através de uma página on-line pública.	União:Publicizar para universalizar a Política de Assistência Social através da implantação de um canal permanente de informação e comunicação com linguagem simples, direta e com dotação orçamentária.

#### 5.3 Eleição de delegados e candidatos a delegados

Conforme dispõe o capítulo V, art. 17, § IV, alíneas a), b) e c)da RESOLUÇÃO COMAS 1017 e 1016/2015, que estabelece a proporcionalidade de: 01 (um) delegado titular eleito para cada 05 (cinco) participantes Conferência Regional, 01 (um) delegado suplente eleito para cada 10 (dez) participantes e até no máximo 10 (dez) observadores por Conferência Regional para a XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo; de acordo com a RESOLUÇÃO COMAS 1017 e 1016/2015, no capítulo V, no art. 12, §II, que dispõe sobreo critério de representação de 1/3 (um terço), para cada um dos segmentos de Usuários, Trabalhadores e Organizações/Entidades prestadoras de serviços de Assistência Social.

Também, conforme dispõe o capítulo V, art. 18 da RESOLUÇÃO COMAS 1017 e 1016/2015, que estabelece a eleição de candidatos a delegados para a participação na X Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo em cada uma das 31 (trinta e uma) Conferências Regionais, dentre os Delegados Municipais eleitos para a XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo, com a proporcionalidade: 01 (um) candidato a delegado estadual do segmento de entidades, 01 (um) candidato a delegado estadual do segmento de Trabalhadores do SUAS (CLT) ou Organização de Trabalhadores, 01 (um) candidato a delegado estadual do segmento Usuários ou Organização de Usuários, 01 (um) candidato a delegado estadual do segmento da Gestão do SUAS; 01 (um) candidato a delegado estadual de Trabalhadores do SUAS (Servidor), tendo cada candidato a Delegado Estadual, o seu respectivo suplente eleito por ordem decrescente de votação.

Caberia à Conferência Regional da LAPA, segundo proposições votadas em plenária eleger 50 (cinquenta) Delegados Municipais Titulares, sendo 9 (nove) para os segmentos de Usuários, 8 (oito) para os segmentos Trabalhadores do SUAS (CLT), Entidade/Organização Social e Gestão de SUAS e 17 (dezessete) para o segmento Trabalhadores do SUAS (Servidores); 24 (vinte e quatro) Delegados Municipais Suplentes, sendo 4 (quatro) para os segmentos de Usuários, Entidade/Organização Social, Gestão de SUAS e

Trabalhadores do SUAS (CLT) e 12 (doze) para o segmento Trabalhadores do SUAS (Servidores), além de 5 (cinco) candidatos a Delegados Titulares Estaduais e 5 (cinco) candidatos a Delegados Suplentes Estaduais.

A lista final de delegados e candidatos a delegados eleitos está informada abaixo. As fichas originais e completas de todos os candidatos inscritos para as eleições de delegados na Conferência Regional da Lapa podem ser conferidas no *Anexo* 7.

Sociedade Civil - USUÁRIO					
Delegados Titulares Eleitos - XI Conferência Municipal					
Angela Maria da Costa					
Carlos Roberto de Almeida					
Dulcimar Aparecida Silva Fernandes					
Luiz Augusto dos Reis					
Maria Vilani Rodrigues					
Teodoro Ribeiro da Silva Junior					
Delegados Suplentes Eleitos - XI Conferência Municipal					
Não houve candidatos eleitos a Delegados Suplentes deste segmento nesta Conferência.					
Candidatos a Delegados Titulares Eleitos - X Conferência Estadual					
Teodoro Ribeiro da Silva Junior					
Candidatos a Delegados Suplentes Eleitos – X Conferência					
<b>Estadual</b>					
Dulcimar Aparecida Silva Fernandes					
Sociedade Civil – TRABALHADORES DO SUAS (CLT)					
Delegados Titulares Eleitos - XI Conferência Municipal					
Ana Paula Marques					
Daniel Martins Ferraz					
José Aparecido da Silva					
Renata Cristina Borges					
Rosinaldo de Abreu Rodrigues					
Susana S. de Oliveira Costa					
Delegados Suplentes Eleitos - XI Conferência Municipal					

Não houve candidatos eleitos a Delegados Suplentes deste segmento nesta Conferência.

### Candidatos a Delegados Titulares Eleitos - X Conferência Estadual

José Aparecido da Silva

#### Candidatos a Delegados Suplentes Eleitos - X Conferência Estadual

Rosinaldo de Abreu Rodrigues

# Sociedade Civil - ENTIDADE/ORGANIZAÇÃO SOCIAL

#### **Delegados Titulares Eleitos - XI Conferência Municipal**

Não houve candidatos eleitos a Delegados Titulares deste segmento nesta Conferência.

### Delegados Suplentes Eleitos - XI Conferência Municipal

Não houve candidatos eleitos a Delegados Suplentes deste segmento nesta Conferência.

# Candidatos a Delegados Titulares Eleitos - X Conferência Estadual

Não houve candidatos eleitos a Candidatos a Delegados Titulares deste segmento nesta Conferência.

#### Candidatos a Delegados Suplentes Eleitos - X Conferência Estadual

Não houve candidatos eleitos a Candidatos Delegados Suplentes deste segmento nesta Conferência.

## **Observadores – XI Conferência Municipal**

Dulcineia Pastrello

# Poder Público - GESTÃO SUAS

## **Delegados Titulares Municipais Eleitos - XI Conferência Municipal**

Cleide Leonel Amaro Mendes

Marta Maria Goncalves Ribeiro

Renato Souza Cintra

### Delegados Suplentes Municipais Eleitos - XI Conferência Municipal

Não houve candidatos eleitos a Delegados Suplentes deste segmento nesta Conferência.

#### Candidatos a Delegados Titulares Eleitos - X Conferência Estadual

Não houve candidatos eleitos a Candidatos a Delegados Titulares deste segmento nesta Conferência.

### Candidatos a Delegados Suplentes Eleitos – X Conferência Estadual

Não houve candidatos eleitos a Candidatos Delegados Suplentes deste segmento nesta Conferência.

Poder Público - TRABALHADORES (SERVIDOR)				
Delegados Titulares Municipais Eleitos - XI Conferência Municipal				
Ana Maria Lopes Calbar				
Camila Aparecida Cardoso da Silva				
Doris Mariani				
Leila Nordi Murat				
Maria Isabel de Oliveira Capinan				
Thais Pranzetti Barreira				
Delegados Suplentes Municipal Eleitos - XI Conferência Municipal				
Não houve candidatos eleitos a Delegados Suplentes deste segmento nesta Conferência				
Candidatos a Delegados Titulares Eleitos - X Conferência Estadual				
Maria Isabel de Oliveira Capinan				
Candidatos a Delegados Suplentes Eleitos - X Conferência Estadual				
Camila Aparecida Cardoso da Silva				

16h15m - Após a aclamação dos delegados, a plenária foi encerrada.

### 6. Avaliações da Conferência Regional da LAPA

Após a plenária final, os participantes encaminharam à Empresa Contratada a ficha de avaliação, contendo opiniões, críticas e sugestões, configurando um balanço da Conferência Regional de Assistência Social da LAPA, em diversos aspectos como Mobilização, Local e Infraestrutura (A Ficha Técnica da Vistoria e as Fichas de Avaliação preenchidas podem ser conferidas nos *Anexo 8 e 9*, respectivamente), Acessibilidade, Programação e Participação, conforme relatado em quadro e gráfico abaixo:

<u>Avaliações</u>	<u>Ótimo</u>	Muito bom	Regular	<u>Ruim</u>	<u>Péssimo</u>	<u>Não</u> <u>respondeu</u>	<u>Total</u>
Divulgação- Mobilização	14	46	29	1	0	2	92
Local e infraestrutura	45	42	4	0	0	1	92
Acessibilidade	30	46	12	2	0	2	92
Programação	23	57	9	1	0	2	92
Participação	27	52	12	1	0	0	92

